

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

Glauco Rodrigues da Conceição

POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTIDOS POLÍTICOS:
UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS INSERIDAS NOS PROGRAMAS
E DIRETRIZES DOCTRINÁRIAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

São João Del-Rei
2018

Glauco Rodrigues da Conceição

POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTIDOS POLÍTICOS:
UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS INSERIDAS NOS PROGRAMAS
E DIRETRIZES DOCTRINÁRIAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Monografia apresentada a Universidade Federal de São João del-Rei como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientadora: Prof^a. Dra. Viviane Churques Gervasoni

São João Del-Rei
2018

Glauco Rodrigues da Conceição

POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTIDOS POLÍTICOS:
UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS INSERIDAS NOS PROGRAMAS
E DIRETRIZES DOCTRINÁRIAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Monografia apresentada a Universidade Federal de São João del-Rei como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada: 15 de setembro de 2018.

Prof^ª. Dra. Viviane Churques Gervasoni
(UMESP)

Prof^ª. Ma. Kátia Cristina da Silva Izaías
(UNICAMP)

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sobre questões socioeconômicas inseridas nos programas e diretrizes doutrinárias dos partidos políticos. A partir da observação da necessidade de se difundir os programas e diretrizes doutrinárias dos partidos políticos, verificou-se a utilidade da produção e publicação deste trabalho. Para tanto, levantou-se as propostas sobre educação, saúde, segurança e trabalho reproduzidas pelos trinta e cinco partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral em seus programas e diretrizes doutrinárias. Com esta publicação, espera-se municiar os eleitores dos dados necessários para a formação de convencimento sobre a escolha nas eleições, levando-se em conta as propostas partidárias nas quais seus candidatos estão inseridos. Também que cobrem e fiscalizem o cumprimento dos programas e propostas externadas por partidos políticos vencedores das eleições.

Palavras-chaves: Partidos Políticos; Programas e Diretrizes Doutrinárias; Educação; Saúde; Segurança; Trabalho.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	Justificativa	6
1.2	Problema de Pesquisa	6
1.3	Hipótese do problema de pesquisa	6
1.4	Objetivos	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO	8
3	METODOLOGIA	11
3.1	Classificação quanto à sua natureza	11
3.2	Classificação quanto ao método e à forma de abordar o problema	12
3.3	Classificação quanto aos objetivos da pesquisa	13
3.4	Classificação quanto aos procedimentos adotados na coleta de dados	14
4	APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE	17
5	CONCLUSÃO	43
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Os partidos políticos são essenciais para manutenção do regime democrático, pois é por intermédio das agremiações partidárias que se seus filiados, na hipótese de vitória nas eleições, ascendem aos cargos eletivos.

Eleitos seus representantes, os partidos desempenham importante papel na formulação de políticas públicas, seja por meio de programas de governo seja por meio de diretrizes doutrinárias.

O presente trabalho busca analisar as questões socioeconômicas inseridas nos programas e diretrizes doutrinárias dos partidos políticos brasileiros, principalmente as relativas à educação, à saúde, à segurança e ao trabalho, ou seja, entender o que propõem os partidos acerca dos temas socioeconômicos.

1.1 JUSTIFICATIVA

O estudo sobre como os partidos políticos tratam das questões socioeconômicas é de especial importância para o tema da cidadania, gerando uma consciência crítica sobre as ideias defendidas pelas agremiações partidárias.

Para o acadêmico, busca-se o aprimoramento na área de políticas públicas e sociais, colocando em prática os conhecimentos adquiridos durante o curso.

A pesquisa se mostra viável no sentido de difundir os programas e diretrizes doutrinárias dos partidos políticos, cujos filiados são postulantes aos cargos eletivos.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante das justificativas expostas, pergunta-se: os partidos políticos têm propostas semelhantes ou antagônicas a respeito de questões como educação, saúde, segurança e trabalho?

1.3 HIPÓTESE DO PROBLEMA DE PESQUISA

Algumas questões socioeconômicas, como educação e saúde, podem ter tratamento semelhante entre os diversos partidos políticos brasileiros. Outras questões, como

segurança e trabalho, talvez tenham tratamento diferenciado dependendo da orientação tradicional da agremiação política entre direita e esquerda.

1.4 OBJETIVOS

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar as propostas dos partidos políticos nas questões socioeconômicas, tais como educação, saúde, segurança e trabalho.

Como objetivos específicos têm-se:

- levantar os dados referentes à educação, saúde, segurança e ao trabalho nos programas e diretrizes doutrinárias dos partidos políticos brasileiros;
- sistematizar esses dados de forma a organizar propostas semelhantes e dissonantes.
- realizar uma crítica acerca das diversas propostas de partidos políticos levando-se em conta o estudo sobre políticas públicas

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição Federal, em seu artigo 17, trata dos partidos políticos:

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I - caráter nacional;

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

§ 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente:

I - obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou

II - tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

§ 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

§ 5º Ao eleito por partido que não preencher os requisitos previstos no § 3º deste artigo é assegurado o mandato e facultada a filiação, sem perda do mandato, a outro partido que os tenha atingido, não sendo essa filiação considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, trata da liberdade de os partidos estabelecerem seus programas e objetivos políticos:

Art. 14. Observadas as disposições constitucionais e as desta Lei, o partido é livre para fixar, em seu programa, seus objetivos políticos e para estabelecer, em seu estatuto, a sua estrutura interna, organização e funcionamento.

De acordo com Celso Ribeiro Bastos (*apud* Pedro Lenza, 2007, p. 681), partido político pode ser conceituado como uma *“organização de pessoas reunidas em torno de um mesmo programa político com a finalidade de assumir o poder e de mantê-lo ou, ao menos de influenciar na gestão da coisa pública através de críticas e oposição”*.

Nesse mesmo sentido é o conceito de José Afonso da Silva (*apud* Pedro Lenza, 2007, p. 681), ressaltando que partido político:

é uma agremiação de um grupo social que se propõe organizar, coordenar e instrumentar a vontade popular com o fim de assumir o poder para realizar seu programa de governo. No dizer de Pietro Virga: ‘são associações de pessoas com uma ideologia ou interesses comuns, que, mediante uma organização estável (*Partei-Apparati*), miram exercer influência sobre a determinação da orientação política do país’.

Conforme salienta Miguel Reale Junior (*apud* Alexandre de Moraes, 1999, p. 242):

enquanto na Europa vive-se a *crise da democratização dos partidos*, partidos de massa que se revelam incapazes de satisfatoriamente aglutinar os segmentos sociais, de se fazerem interpretes das aspirações concretas, veículos impróprios para efetiva participação política, no Brasil é mister iniciar a obra da *ligação entre a Sociedade Civil e o Estado pelo fortalecimento dos partidos políticos*.

Sobre políticas públicas Celina Souza (2006) destaca que:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como ‘o que o governo escolhe fazer ou não fazer’. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

E a autora acrescenta:

A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Em relação a indicadores sociais, Paulo de Martino Jannuzzi (2002) ressalta que:

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas). É

um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão ocorrendo na mesma. Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento, por parte do poder público e da sociedade civil, das condições de vida e bem-estar da população e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. Para a pesquisa acadêmica, o indicador social é, pois, o elo entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. De uma perspectiva programática, o indicador social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas (Carley, 1985; Miles, 1985).

A Constituição Federal traz em seu artigo 6º alguns direitos sociais, dentre os quais a educação, a saúde, o trabalho e a segurança. No artigo 205, a Constituição destaca que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Em relação à saúde, o artigo 196 da Constituição Federal ressalta ser “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

O inciso XIII do artigo 5º da Constituição Federal registra que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. A Constituição Federal traz, ainda, em seu artigo 7º diversos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

No tocante à segurança pública, a Constituição Federal traz as diretrizes em seu artigo 144:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

3 METODOLOGIA

De acordo com Zanella (2009):

A palavra método vem da palavra grega *méthodos*, formada por duas palavras, *metá* que significa no meio de, através, entre, acrescida de *odós*, que significa “caminho”. Assim, podemos dizer que método significa ao longo do caminho, ou seja, “forma de proceder ao longo de um caminho” (Trujillo Ferrari, 1982, p. 19).

Em ciências, método é a maneira, é a forma que o cientista escolhe para ampliar o conhecimento sobre determinado objeto, fato ou fenômeno. É uma série de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir determinado conhecimento.

Para Severino (2007):

A ciência utiliza-se de um método que lhe é próprio, o método científico, elemento fundamental do processo do conhecimento realizado pela ciência para diferenciá-la não só do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana, como a filosofia, a arte, a religião. Trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos.

Para Rodrigues (2007):

Metodologia científica é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática.

3.1 Classificação quanto à sua natureza

De acordo com Zanella (2009):

Pesquisa pura: é um tipo de estudo sistemático motivado pela curiosidade intelectual. Também chamada de básica ou teórica, preocupa-se com o desenvolvimento do conhecimento pelo prazer de conhecer e evoluir cientificamente. Na concepção de Trujillo Ferrari (1982), a pesquisa pura procura melhorar o próprio conhecimento, isto é, busca contribuir, entender e explicar os fenômenos. Nela os pesquisadores trabalham para gerar novas teorias. Já para Minayo (2002, p. 52) esta forma de investigar “permite articular conceitos e sistematizar a produção de uma determinada área de conhecimento” visando, portanto “criar novas questões num processo de incorporação e superação daquilo que já se encontra produzido”.

Pesquisa aplicada: tem como motivação básica a solução de problemas concretos, práticos e operacionais. Trujillo Ferrari (1982, p. 171) enfatiza que “não obstante a finalidade prática da pesquisa, ela pode contribuir teoricamente com novos fatos para o planejamento de novas pesquisas ou mesmo para a compreensão teórica de certos setores do conhecimento”. Esta pesquisa é também chamada de pesquisa empírica, pois o pesquisador precisa ir a campo, conversar com pessoas, presenciar relações sociais.

Para Silveira, Flôr e Machado (2011) a pesquisa pode ser básica ou aplicada:

Pesquisa Básica: visa a gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Não objetiva à aplicabilidade imediata.

Pesquisa Aplicada: visa a gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigida a solução de problemas específicos. Objetiva resolver um problema concreto e imediato da sociedade.

Nesse sentido, a presente pesquisa se enquadra como de natureza aplicada, tendo em vista que objetiva a análise de caso concreto, qual seja as questões socioeconômicas inseridas nos programas e diretrizes doutrinárias dos partidos políticos.

3.2 Classificação quanto ao método e à forma de abordar o problema

De acordo com Zanella (2009):

Pesquisa qualitativa: pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não-utilização de instrumental estatístico na análise dos dados. Esse tipo de análise tem por base conhecimentos teórico-empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade. Historicamente, os estudos qualitativos iniciaram na segunda metade do Século XIX, nas áreas de Sociologia e Antropologia. Somente nos últimos 40 anos ganhou espaço reconhecido em outras áreas como Psicologia, Educação e Administração.

Pesquisa quantitativa: a pesquisa quantitativa é aquela que se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados, e que tem como finalidade medir relações entre as variáveis. Preocupa-se, portanto, com representatividade numérica, isto é, com a medição objetiva e a quantificação dos resultados. Procura medir e quantificar os resultados da investigação, elaborando-os em dados estatísticos. É apropriada para medir tanto opiniões, atitudes e preferências como comportamentos. Se você quer saber quantas pessoas usam um serviço ou têm interesse em saber a opinião dos usuários sobre um tipo de serviço, a pesquisa quantitativa é a opção mais acertada. Assim, as pesquisas quantitativas utilizam uma amostra representativa da população para mensurar qualidades. A primeira razão para escolhermos este método de pesquisa é descobrirmos quantas pessoas de uma determinada população compartilham uma característica ou um grupo de características.

Birochi (2015) destaca:

Segundo Richardson (2007), a pesquisa quantitativa envolve as ações de coletar e analisar dados numéricos e aplicar testes estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Nas ciências sociais, a pesquisa quantitativa refere-se à investigação sistemática e empírica dos fenômenos sociais através de técnicas estatísticas, matemáticas ou computacionais. O objetivo é desenvolver e empregar modelos matemáticos, teorias e/ou hipóteses relacionadas aos fenômenos estudados.

Se, por um lado, as pesquisas quantitativas procuram mensurar, medir, a realidade estudada, as pesquisas qualitativas se dedicam ao estudo de fenômenos em que a quantificação não é apropriada; ou em que não seja conveniente reduzir o objeto estudado a variáveis e padrões de

medida, seja por sua natureza particular ou sua especificidade (características, contextos, etc.). Fenômenos tais como as crenças, os valores, as atitudes etc. são providos de características muito particulares, e exigem um espaço de análise mais profundo (MINAYO, 2002), que não se reduz à quantificação ou ao estabelecimento de variáveis explicativas.

A pesquisa quali-quantitativa procura combinar os procedimentos metodológicos anteriores para a coleta e a interpretação de dados. Por exemplo, uma pesquisa sobre o desempenho acadêmico de estudantes de escolas públicas poderá, em uma primeira etapa, coletar e interpretar dados estatísticos consolidados a partir do *site* do INEP/MEC; e, posteriormente, realizar entrevistas semiestruturadas com alguns estudantes, com a finalidade de compreender em profundidade e com riqueza de detalhes determinadas informações insuficientemente tratadas no procedimento anterior, tais como: entender a rotina de estudos desses estudantes, conhecer a influência do papel da família na sua formação (os apoios recebidos ou as obrigações requeridas), e a necessidade de complementação de renda da família através de trabalhos realizados pelos estudantes para ajudar os pais.

Para Silveira, Flôr e Machado (2011):

Pesquisa Quantitativa: é o tipo de pesquisa que considera que tudo pode ser quantificável. Essa modalidade de pesquisa utiliza medidas numéricas para trabalhar conceitos científicos e hipóteses ou busca padrões numéricos relacionados a conceitos cotidianos. A pesquisa quantitativa utiliza, portanto, a descrição matemática como linguagem (dai trabalhar com dados estatísticos, porcentagem, etc.).

Pesquisa Qualitativa: e acordo com Appolinario (2009, p. 155), é a “modalidade de pesquisa na qual os dados são coletados através de interações sociais e analisados subjetivamente pelo pesquisador [...] Ou seja, é a interpretação subjetiva do fato.” Esse tipo de pesquisa não trabalha com dados estatísticos.

O presente trabalho é classificado como qualitativo, pois preocupa-se com as características adotadas pelos partidos políticos em relação às questões socioeconômicas.

3.3 Classificação quanto aos objetivos da pesquisa

Para Severino (2007):

Quanto aos objetivos, uma pesquisa pode ser exploratória, descritiva ou explicativa.

A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa.

A pesquisa explicativa é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos.

De acordo com Zanella (2009):

Pesquisa exploratória: tem a finalidade de ampliar o conhecimento a respeito de um

determinado fenômeno. Segundo o autor, esse tipo de pesquisa, aparentemente simples, explora a realidade buscando maior conhecimento, para depois planejar uma pesquisa descritiva. O planejamento da pesquisa exploratória é bastante flexível, já que o pesquisador não possui clareza do problema nem da hipótese a serem investigados.

Pesquisa descritiva: a pesquisa descritiva, como o próprio nome já diz, tem o objetivo de “descrever com **exatidão** os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 100, grifo do autor). É um tipo de estudo muito utilizado em Administração Pública, já que se presta a descrever as características de um determinado fato ou fenômeno.

Pesquisa explicativa: pesquisa explicativa é aquela centrada na preocupação de identificar fatores determinantes ou contributivos ao desencadeamento dos fenômenos. Explicar a razão do fato ou fenômeno social. Também é importante situar o ambiente social de ocorrência. Portanto, a realidade tempo-espço é fundamental na identificação de causa e efeito do evento social. Os procedimentos básicos são: registrar, classificar, identificar e aprofundar a análise.

Para Silveira, Flôr e Machado (2011):

Pesquisa Exploratória: de acordo com Andrade (2001), “é o primeiro passo de todo trabalho científico.” Isso porque ela assume um caráter de pesquisa bibliográfica e/ou estudo de caso, proporcionando maior conhecimento sobre o assunto, facilita na delimitação do tema, ajuda a formular o problema de pesquisa, bem como seus objetivos e, ainda, na construção de hipóteses. Trabalha com entrevistas e análises de exemplos que estimulem a compreensão.

Pesquisa Descritiva: nesse tipo de pesquisa, o pesquisador limita-se a descrever e interpretar a realidade, sem nela interferir; não estabelece causalidade. Opõe-se à pesquisa experimental (APPOLINARIO, 2009). Por assumir forma de Levantamento, e utilizada em pesquisas de opinião, mercadológicas, levantamentos socioeconômicos e psicossociais. Trabalha muito com a coleta de dados, a qual é realizada, principalmente, a partir de questionários e da observação sistemática.

Pesquisa Explicativa: esse tipo de pesquisa visa a aprofundar o conhecimento da realidade, explicando o porquê, a razão das coisas. De acordo com Gil (2002), quando realizada nas ciências naturais, utiliza o método experimental, já quando utilizada nas ciências sociais, requer o uso do método observacional.

A presente pesquisa se enquadra no tipo exploratória, eis que cuida de levantamento bibliográfico sobre questões como educação, saúde, segurança e trabalho contidas nos programas e diretrizes doutrinárias dos partidos políticos.

3.4 Classificação quanto aos procedimentos adotados na coleta de dados

Para Severino (2007):

Com referência à natureza das fontes utilizadas para a abordagem e tratamento de seu objetivo, a pesquisa pode ser bibliográfica, de laboratório e de campo.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Já a pesquisa experimental toma o próprio objetivo em sua concretude como fonte e o coloca em condições técnicas de observação e manipulação experimental nas bancadas e pranchetas de um laboratório, onde são criadas condições adequadas para seu tratamento. Para tanto, o pesquisador seleciona determinadas variáveis e testa suas relações funcionais, utilizando formas de controle. Modalidade plenamente adequada para as Ciências Naturais, é mais complicada no âmbito das Ciências Humanas, já que não se pode fazer manipulação das pessoas.

Na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (*surveys*), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos.

De acordo com Zanella (2009):

Pesquisa bibliográfica: como o próprio nome diz, se fundamenta a partir do conhecimento disponível em fontes bibliográficas, principalmente livros e artigos científicos. Segundo Koche (1997, p. 122), tem a finalidade de ampliar o conhecimento na área, de dominar o conhecimento para depois utilizá-lo como modelo teórico que dará sustentação a outros problemas de pesquisa e para descrever e sistematizar o estado da arte na área estudada. Este tipo de pesquisa se restringe ao campo de atuação no levantamento e na discussão da produção bibliográfica existente sobre o tema. O processo de pesquisa envolve a escolha do tema, levantamento bibliográfico preliminar, formulação do problema, elaboração do plano provisório de assunto, busca das fontes, leitura do material, fichamento, organização lógica do assunto e redação do texto (GIL, 2007, p. 60).

Pesquisa documental: semelhante à pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental se utiliza de fontes documentais, isto é fontes de dados secundários. Os dados documentais, de natureza quantitativa e/ou qualitativa, podem ser encontrados junto à empresa [dados secundários internos] como os relatórios e manuais da organização, notas fiscais, relatórios de estoques, de usuários, relatório de entrada e saída de recursos financeiros, entre outros, e externos, como as publicações [censo demográfico, industrial] e resultados de pesquisas já desenvolvidas. Em função da natureza dos documentos – qualitativos ou quantitativos – o planejamento, a execução e a interpretação dos dados seguem caminhos diferentes, respeitando as particularidades de cada abordagem.

Pesquisa por levantamento (*surveys* ou sondagem): é um método de levantamento e análise de dados sociais, econômicos e demográficos e se caracteriza pelo contato direto com as pessoas. Os censos e as pesquisas políticas para avaliar a intenção de voto e a pesquisa de mercado são exemplos de *surveys*. Pela dificuldade em conhecer a realidade de todas as pessoas que fazem parte do universo pesquisado é recomendado utilizar os levantamentos por amostragem. Os *surveys* se utilizam da matemática e da estatística para o tratamento e análise dos dados. Esses conteúdos serão discutidos nas disciplinas de Matemática para Administradores e Estatística Aplicada à Administração.

Estudo de caso: estudo de caso é uma forma de pesquisa que aborda com profundidade um ou poucos objetos de pesquisa, por isso tem grande profundidade e pequena amplitude, procurando conhecer em profundidade a realidade de uma pessoa, de um grupo de pessoas, de uma ou mais organizações, uma política econômica, um programa de governo, um tipo de serviço público, entre outros. Assim, a característica principal é a profundidade do estudo.

Pesquisa experimental: determina o objeto de estudo, selecionando as variáveis de estudo. É o delineamento mais prestigiado nos meios científicos, onde o pesquisador interfere diretamente: manipulação, controle e distribuição aleatória; no entanto é muito pouco utilizado em Administração.

Ex-post-facto: como já dito, a tradução literal da expressão *ex-post-facto* é “a partir do fato passado”. Isso significa que neste tipo de pesquisa o estudo foi realizado após a ocorrência do fato ou fenômeno.

Pesquisa por levantamento (*surveys*): é um método de levantamento e análise de dados sociais, econômicos e demográficos que se caracteriza pelo contato direto com as pessoas. Os censos são exemplos de *surveys*. Pela dificuldade em conhecer a realidade de todas as pessoas que fazem parte do universo pesquisado é recomendado utilizar os levantamentos por amostragem.

Estudo de campo: os estudos de campo pesquisam situações reais. A palavra campo quer dizer que o estudo é realizado num ambiente real. São semelhantes aos levantamentos e aos estudos de caso, mas metodologicamente apresentam diferença quanto à profundidade e amplitude.

Para Silveira, Flôr e Machado (2011), a pesquisa em relação aos procedimentos técnicos se classifica em Bibliográfica, Documental, Experimental, Estudo de Caso, Levantamento, Estudo de Campo, Estudo de caso, Pesquisa-Ação e Pesquisa Participante:

Pesquisa Bibliográfica: é a pesquisa realizada a partir de material já publicado, como livros, revistas, artigos, etc. Esse tipo de pesquisa está presente em todos os trabalhos acadêmicos, uma vez que traz a base teórica que garante o cientificismo dos mesmos.

Pesquisa Documental: é o tipo de pesquisa elaborada a partir de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico (por exemplo: documentos de arquivos públicos ou privados, cartas, diários, prontuários médicos, relatórios, etc.).

Pesquisa Experimental: como o próprio nome já diz, são pesquisas que trabalham com experimentos (erros e acertos na tentativa de testar hipóteses). Ela tanto pode ser aplicada em laboratório como em campo. Assim, determina-se um objeto de estudo, selecionam-se as variáveis que poderiam influenciá-lo, definem-se as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto (GIL, 2002).

Estudo de Caso: estudo que se caracteriza pela pesquisa com um único sujeito (uma pessoa, uma empresa, uma cidade, um evento, etc.) de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Levantamento: quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

Estudo de Campo: quando a pesquisa é realizada em campo aberto, junto à natureza ou à sociedade. Nesse tipo de pesquisa, normalmente, usa-se a observação direta das atividades do objeto estudado e de entrevistas que levem ao maior conhecimento dos fatos.

Pesquisa-Ação: é o tipo de pesquisa aplicada que possui como objetivo a resolução de algum problema coletivo, a partir da ação, no qual o pesquisador e o(s) sujeito(s) da pesquisa(s) estejam envolvidos de modo participativo e cooperativo.

Pesquisa Participante: Esse tipo de pesquisa se desenvolve a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas. O que a difere da pesquisa-ação é o fato de ela ter como propósito a inserção da ciência popular na produção do conhecimento científico.

O presente trabalho se classifica como bibliográfica e documental, tendo em vista tratar-se de análise sobre programas e diretrizes doutrinárias dos partidos políticos brasileiros.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE

De acordo com o sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral há trinta e cinco partidos políticos registrados naquela Corte, conforme segue:

Tabela – Partidos Políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral

	SIGLA	NOME	DEFERIMENTO	LEGENDA
1	MDB	MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	30.6.1981	15
2	PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	3.11.1981	14
3	PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	10.11.1981	12
4	<u>PT</u>	PARTIDO DOS TRABALHADORES	11.2.1982	13
5	DEM	DEMOCRATAS	11.9.1986	25
6	PCdoB	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	23.6.1988	65
7	PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO	1º.7.1988	40
8	PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA	24.8.1989	45
9	PTC	PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	22.2.1990	36
10	PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO	29.3.1990	20
11	<u>PMN</u>	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL	25.10.1990	33
12	PRP	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA	29.10.1991	44
13	PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA	19.3.1992	23
14	PV	PARTIDO VERDE	30.9.1993	43
15	AVANTE	AVANTE	11.10.1994	70
16	PP	PARTIDO PROGRESSISTA	16.11.1995	11
17	PSTU	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO	19.12.1995	16
18	PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	9.5.1996	21
19	PRTB	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO	18.2.1997	28

20	PHS	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE	20.3.1997	31
21	DC	DEMOCRACIA CRISTÃ	5.8.1997	27
22	PCO	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA	30.9.1997	29
23	PODE	PODEMOS	2.10.1997	19
24	PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL	2.6.1998	17
25	PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO	25.8.2005	10
26	PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE	15.9.2005	50
27	PR	PARTIDO DA REPÚBLICA	19.12.2006	22
28	PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO	27.9.2011	55
29	PPL	PARTIDO PÁTRIA LIVRE	4.10.2011	54
30	PATRI	PATRIOTA	19.6.2012	51
31	PROS	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL	24.9.2013	90
32	SD	SOLIDARIEDADE	24.9.2013	77
33	NOVO	PARTIDO NOVO	15.9.2015	30
34	REDE	REDE SUSTENTABILIDADE	22.9.2015	18
35	PMB	PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA	29.9.2015	35

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em 9 jul. 2018.

Passamos a descrever os ideários e objetivos sobre educação, saúde, segurança e trabalho constantes nos programas e estatutos partidários, ordenados pelo critério das datas de obtenção do registro definitivo junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB)

1.9 – Segurança Pública

1.9.1 – A questão da segurança pública aparece como prioridade em inúmeros relatórios de pesquisa. Os cidadãos já não toleram a condição de prisioneiros em suas próprias casas, suas favelas dominadas por comandos e controladas pela lei do silêncio. Caminhar pelas ruas,

simplesmente, é fonte de insuportável ansiedade.

1.9.2 – Há clara consciência de que este quadro de deterioração tem a ver com a fome e a miséria, a destruição de valores sociais, a desobediência civil associada aos desmandos do governo e à insensibilidade das elites. Mas, os grupos de extermínio, o crime organizado, especialmente os seqüestros e o narcotráfico já representam, num crescendo, um desafio ao Estado. Este quadro configura um risco concreto à democracia brasileira e exige pronto posicionamento dos democratas, preservado o respeito aos direitos humanos.

1.9.3 – O PMDB apoia:

- a) combate determinado à violência, sobretudo ao crime organizado e ao narcotráfico, pela via da inteligência;
- b) revisão do sistema carcerário objetivando a recuperação dos detentos;
- c) revisão das organizações policiais, seleção e qualificação rigorosas, valorização profissional e recuperação da sua imagem popular;
- d) identificação e alteração dos dispositivos legais que propiciam morosidade e impunidade; e
- e) criminalização dos delitos de trânsito.

1.9.4 – Para o PMDB, a segurança pública é um encargo de polícia. Não é um encargo das Forças Armadas.

3.6 – Uma Nova Política de Renda

3.6.1 – A redistribuição da renda sempre foi e continua sendo a grande meta do PMDB porque ao longo de toda a história do partido têm prevalecido políticas concentracionistas. A participação dos salários na renda nacional encontra-se hoje abaixo dos 30% quando, nos países desenvolvidos, essa participação é da ordem de 70 a 75%. No início dos anos 60, pouco antes de começar entre nós a marcha concentracionista, a participação dos salários na renda nacional era da ordem de 60%. Urge, pois, reverter o quadro atual de forma a alcançar aquele padrão mínimo no qual os trabalhadores tenham pelo menos a capacidade de consumir os bens que produzem.

3.6.2 – O PMDB entende que a melhoria salarial depende fundamentalmente da retomada do desenvolvimento econômico e da eliminação da inflação. Depende também de um esquema de relações trabalhistas com autonomia sindical, negociações coletivas e direito de greve. Depende ainda, e isso talvez seja o mais importante, de uma política de produção que nos aproxime o mais possível da condição de pleno emprego. Enquanto permanecerem as condições inflacionárias, o PMDB defenderá a reposição automática das perdas salariais, sendo que os ganhos reais de salário dependerão de negociações entre patrões e empregados.

3.6.3 – Enfim, o PMDB permanecerá ao lado dos trabalhadores para tornar realidade todas as propostas que impliquem melhoria efetiva do salário real, com aumento de seu poder aquisitivo, independentemente dos benefícios indiretos que possam decorrer da implementação das políticas sociais.

3.6.4 – A redistribuição de renda constitui um processo complexo e intimamente associado à estrutura produtiva. O PMDB tem plena consciência do paradoxo contido no processo de modernização capitalista, onde cada nova revolução tecnológica gera desemprego estrutural. Isso posto, tornam-se indispensáveis o aumento na capacidade de tributação e de arrecadação do Estado, para que este possa atuar como um contrapeso compensador dos efeitos deletérios das modernizações, mantendo sua capacidade indutora de desenvolvimento gerador de empregos.

3.12 – Educação, Ciência e Tecnologia

3.12.1 – A inserção do Brasil no mundo moderno pressupõe o avanço científico e tecnológico que se obtém com oferta de educação pública e gratuita de qualidade conquistada e efetivada em todos os níveis.

3.12.2 – Para o PMDB, a qualidade e a equidade necessárias ao sistema educacional pressupõem a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo, para que todos tenham satisfeitas suas necessidades de aprendizagem com vistas ao exercício pleno da cidadania, com garantia de atenção integral às crianças e aos jovens.

3.12.3 – O fortalecimento da educação será obtido mediante garantia dos recursos necessários a um desempenho escolar de qualidade, parcerias e compromissos entre a União, os Estados e Municípios, e as comunidades interessadas.

3.12.4 – As mudanças que se devem processar na educação exigem processo sistemático de

avaliação do ensino em todos os níveis e uma solução estrutural para a questão universitária, visando à recuperação da qualidade do ensino, redirecionamento das áreas de formação e pesquisa e, sobretudo, à viabilidade institucional e à eficiência administrativa, onde se fazem necessárias.

3.12.5 – O acesso ao ensino universitário de graduação e de pós-graduação deve ser assegurado e todos que se mostrarem competentes para tal, independentemente de sua condição socioeconômica.

3.12.6 – Investimentos em educação são a grande responsabilidade do Estado para a obtenção de qualidade do ensino, financiamento à pesquisa, treinamento e elevação do nível de qualificação da força de trabalho. O PMDB resgatará os percentuais determinados pela Constituição para manutenção e desenvolvimento do ensino e confiscados pelo Fundo Social de Emergência, votado em dezembro de 1993.

3.12.7 – O PMDB propõe apoio especial aos cientistas e pesquisadores atuantes no País e à formação dos futuros, de modo a assegurar massa crítica necessária ao progresso científico e tecnológico do Brasil.

3.12.8 – No campo da pesquisa e tecnologia, os investimentos devem ser direcionados para os setores produtivos nos quais o País reúne vantagens competitivas, seja por pré-condições naturais, pela incorporação de técnicas gerenciais e de processos, ou por decisões estratégicas — necessidade de reduzir dependência ou essencialidade de algum setor. O aproveitamento da biomassa, combustíveis de origem vegetal, biotecnologia, mecânica de precisão, álcool-química, química fina, fito-farmacologia, materiais básicos, novos materiais, informática e comunicações são prioridades que se impõem.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

II – Nas Relações Capital-Trabalho

1. O PTB sustenta a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a sua convivência harmônica, bem como a superação das diferenças de classe, sem violência, através da melhor distribuição da riqueza e da promoção da justiça social.

2. Defende a participação do trabalhador nos lucros das empresas, principalmente dentro de um processo de cogestão que permita uma melhor distribuição de renda. É favorável aos contratos coletivos de trabalho, com o mesmo propósito.

3. Para o PTB, a empresa não é apenas um instrumento de produção de bens. Ela deve ter fins sociais e responsabilidades com seus trabalhadores e com a comunidade que os abriga.

4. A qualidade de produtos e serviços deve ser submetida a regras e limites. O PTB entende que ao Estado cabe o papel de proteger os direitos do cidadão, no sentido de que, como consumidor, ele é beneficiário de produtos de qualidade e menores custos.

5. O PTB é pela livre organização sindical. Não aceita a intervenção do Estado nas relações de trabalho, a não ser como instituição judicante nos dissídios que a livre negociação não consegue levar a termo.

6. O PTB defende a participação obrigatória de representantes dos trabalhadores nos colegiados de decisões de interesse nacional e nos organismos de gestões de fundos públicos com destinação social.

7. O PTB propugna pela reformulação, revisão e simplificação das leis trabalhistas, visando facilitar seu entendimento, aplicação e permanente atualização.

8. O PTB defende o direito de greve. Entende a greve como último e legítimo recurso da classe trabalhadora.

9. O PTB luta pelo constante aprimoramento profissional, educacional e cultural da classe trabalhadora. E também pela efetiva extensão dos direitos trabalhistas a todos os trabalhadores.

10. O PTB defende a modernização adaptando o Estado à globalização e à evolução tecnológica.

III – No Aspecto Social

1. A educação é prioridade nacional para o PTB. Direito de todos, como assegura a Constituição, é dever do Estado, a quem cabe proporcionar o ensino em todos os níveis, na escola pública, de qualidade, laica e gratuita.

2. O PTB reconhece o ensino privado como necessário e conjuntural, desde que mantido pelos seus próprios recursos.
 3. São objetivos a serem alcançados na área da educação:
 - a) tornar efetiva a obrigatoriedade do ensino de primeiro grau a todos os brasileiros;
 - b) erradicação do analfabetismo;
 - c) incremento do ensino técnico, fundamental para o desenvolvimento nacional;
 - d) melhoria das condições de vida e trabalho dos professores;
 - e) elevar a qualidade da educação a fim de capacitar a força de trabalho para as tecnologias modernas.
 4. A universidade brasileira é a vanguarda do processo de desenvolvimento científico e tecnológico, sem jamais perder a sua aplicação junto à população. O PTB entende que a ela sejam reservados recursos públicos suficientes e seja incentivada a obtenção de recursos de empresas, beneficiárias de sua atuação.
 7. A saúde é dever fundamental do Estado e direito do cidadão. O PTB entende que o Estado deve canalizar recursos prioritariamente para as ações básicas de saúde.
- VI – Nas Relações Internacionais
3. O PTB apoia todos os movimentos destinados a promover o desarmamento internacional e a eliminação dos arsenais nucleares.
 5. O PTB sublinha a necessidade de ocupação ordenada das regiões de fronteiras e o aporte de recursos necessários para controle aéreo, malha viária e comunicações em geral, como forma de proteger a integridade do território nacional e desenvolver estas áreas.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT)

3. No Plano Econômico
 - 3.1. Obtenção do pleno emprego através da intervenção do Estado na política de investimento, de forma a mobilizar todos os recursos nacionais, com ênfase especial na utilização da força de trabalho; como fonte geradora do progresso.
 - 3.2. Aumento substancial do salário mínimo de forma a assegurar que o poder de compra do trabalhador lhe garanta, e a sua família, condições dignas de vida. Redução das desigualdades salariais; reajustamento dos salários, segundo o aumento real do custo de vida calculado através de critérios elaborados com a participação das entidades de classe ou representantes dos trabalhadores e os ganhos de produtividade; efetiva extensão do salário mínimo profissional aos trabalhadores rurais; salário mínimo profissional; piso salarial e escala móvel de salário.
 - 3.3. Política global de redistribuição de renda que elimine as violentas desigualdades sociais e regionais do atual sistema, através das políticas salariais de preços, de investimento e fiscal, através da subordinação da propriedade ao interesse social.
4. No Plano Social.
 - 4.1. O Trabalhismo quer a imediata elaboração, com efetiva participação das entidades sindicais, do Código do Trabalho, no qual sejam consagrados os princípios fundamentais do direito social moderno, destacando-se: a) Liberdade, autonomia e unidade sindicais, com a criação de uma central única dos trabalhadores. b) Direito de greve. c) Livre negociação coletiva de trabalho entre empregadores e empregados. d) Eliminação gradual do Imposto Sindical. e) Remuneração, vantagens e direitos idênticos para iguais empregos ou funções, exercidos em igualdade de condições. Esta forma deverá aplicar-se tanto na esfera Federal, como na Estadual e Municipal, a empregados de empresas privadas ou servidores públicos. f) Rigorosa legislação para a prevenção de acidentes e segurança do trabalho que assegure melhores condições do mesmo. g) Representação sindical dentro da empresa, através de delegados ou comissões de empresa. h) 13º Salário para o funcionalismo público e outras categorias que não o recebem. i) Compatibilização do sistema de FGTS com o instituto da Estabilidade para eliminar a rotatividade da mão-de-obra e a discriminação etária. j) Jornada de trabalho de 40 horas semanais a fim de combater o desemprego e aumentar o tempo livre do trabalhador. l) Proteção especial ao menor e a mulher que trabalham. - Seguro desemprego.
 - 4.7. Uma política de prevenção do crime, de caráter social, que ataque às causas reais da

criminalidade provocada pelo desemprego e pela miséria. Humanização do sistema penal e carcerário que tenha como objetivo a reabilitação social dos penitenciários. Controle público dos órgãos policiais para impedir os abusos de autoridade, a corrupção e a violência.

5. Educação e Cultura.

5.1. Promover a escolarização de todas as crianças em idade escolar.

5.2. Erradicação do analfabetismo.

5.3. Promover uma reforma educacional que assegure o ensino gratuito a todos os níveis e permita reorganizar a rede escolar pública com base nas seguintes proposições: a) Criação progressiva e intensiva de uma nova rede de escolas públicas e gratuitas para os filhos dos trabalhadores. b) Reorganização da rede pública de ensino médio para que ela se capacite para matricular todas as crianças que concluem o ensino primário. c) Ampliação das instituições de ensino superior, a fim de acabar com a privatização e garantir matrícula a todos os jovens que completem o curso médio. d) Completar o ensino gratuito com a concessão de bolsas que garantam a sobrevivência do estudante pobre durante sua formação escolar. e) Vinculação da educação com a formação profissional, a pesquisa e o trabalho, que assegure a ligação entre a formação teórica e a prática.

5.4. Implantação de um plano nacional de promoção da cultura que permita ao povo trabalhador o acesso à ciência, a arte e a literatura. Desenvolvimento de bibliotecas, centros culturais, salas de concertos, teatros, cineclubes e outros meios culturais.

5.5. Criação de efetivo Plano Nacional de Alfabetização de Adultos.

5.6. Política cultural que favoreça a criação artística nacional, defenda e garanta os direitos do autor brasileiro, proteja e estimule os artistas e demais valores culturais do nosso povo.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do País. Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base.

De imediato, o PT defende a valorização dos salários no meio rural, com a extensão e a adaptação de todos os benefícios conquistados pelos trabalhadores urbanos; defenderá, igualmente, uma justa e adequada remuneração para a pequena produção no campo. O PT considera necessário, ainda, preservar a ecologia e, para isto, manterá intransigente posição contra as iniciativas que coloquem em risco o equilíbrio da natureza e prejudiquem a fauna e a flora.

A alimentação e a saúde, a educação e a cultura são direitos do povo que, contudo, vêm sendo transformados em campo livre para o enriquecimento de uma minoria de privilegiados. A deterioração e a privatização crescentes do ensino e da saúde pública prejudicam, a um só tempo, professores e estudantes, médicos e pacientes. Serviços de educação e saúde públicos gratuitos são direitos básicos de uma Nação verdadeiramente democrática. O PT lutará por estes direitos e desenvolverá, em cada uma destas áreas, a sua política de atuação juntamente com sua base social. O detalhamento do seu programa surgirá da prática política das suas bases sociais.

DEMOCRATAS (DEM)

1- Diretrizes Sociais

Prioridade ao ensino básico, visando à erradicação do analfabetismo e à garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito para todos.

Extensão do ensino pré-escolar a toda população, na correspondente faixa etária, e criação de mecanismo de apoio à educação de excepcionais, considerada dever do Estado.

Ampliação da autonomia das universidades como instituições dedicadas ao ensino e à pesquisa, conferindo-lhes maiores responsabilidades.

Garantia de acesso a todos os níveis de ensino, fortalecendo-se a escola pública e assegurando-se, à família, a liberdade de escolher a educação desejada para os filhos.

Apoio aos programas de desenvolvimento científicos e tecnológicos, tendo em vista a produção de tecnologias adequadas à nossa realidade e adaptadas à nossa vocação de País preponderantemente tropical.

Incentivo à educação física e aos desportos, estimulando sua prática pelos jovens e promovendo amplamente o esporte amador.

Valorização permanente do professor, através da elevação sistemática de sua capacidade profissional e melhoria de suas condições de remuneração e de trabalho.

Política de saúde que considere prioritariamente o atendimento à mãe e à criança, em todo território nacional, bem como o combate sistemático às moléstias endêmicas e às epidemias, sobretudo através da ação preventiva e assistencial.

Melhoria das condições de vida dos pobres, mediante a execução de programas de educação, de saúde e de criação de empregos.

Transformação dos fundos sociais em fonte de benefícios, para as populações de baixa renda.

Implantação de uma política de emprego que considere a concessão de tratamento favorecido aos setores e unidades produtivas, capazes de aumentar a absorção de mão-de-obra.

Instituição do seguro-desemprego.

Implantação de uma política salarial que possibilite, aos assalariados, a obtenção de ganhos reais de produtividade, assegurada, em qualquer hipótese, a manutenção do poder aquisitivo.

Estabelecimento de regras que conduzam à fixação do salário-mínimo, não apenas como referencial econômico, mas como contrapartida adequada ao trabalho e valor suficiente para garantir a sobrevivência digna do trabalhador.

Ampla liberdade de organização sindical, assegurando-se a livre sindicalização, a eliminação de todas as formas de vínculo de subordinação corporativa ao poder público, a participação dos trabalhadores na administração dos fundos sociais e Diretrizes do Democratas a negociação coletiva dos contratos de trabalho, sem prejuízo do papel desempenhado pela Justiça do Trabalho no encaminhamento de conflitos de interesses nas relações trabalhistas.

Reformulação da legislação trabalhista, possibilitando a regulamentação de novas formas de associação no trabalho, a proteção contra acidentes, a participação dos trabalhadores nos resultados das empresas e o efetivo exercício do direito de greve.

Política de valorização dos servidores públicos, propiciando-lhes uma justa remuneração, bem como promovendo a extensão das vantagens conquistadas pelas demais categorias de trabalhadores e o permanente aperfeiçoamento da sua capacitação profissional.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC DO B)

43) Valorização do trabalho. Reversão da atual transferência de renda da esfera do trabalho para o capital. Democratizar o sistema de relações sociais do trabalho, a partir de aperfeiçoamento e atualização da CLT e com a garantia plena da organização sindical desde o local de trabalho. Luta por mais empregos, melhores salários; salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres; pelo respeito e ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários; pela formalização do mercado de trabalho; e, sobretudo, pela redução constitucional da jornada de trabalho sem redução salarial, com base nos avanços da produtividade do trabalho.

53) O NPND inclui as reformas que compõem o esforço de democratização da sociedade brasileira nas condições atuais – política, educacional, tributária, agrária, urbana, meios de comunicação e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), da seguridade social e segurança pública.

c. Reforma da educação que consolide um Sistema Nacional de Educação, com prioridade para a educação pública e gratuita, garantindo sua qualidade e seu caráter científico, crítico e laico. Acesso e permanência dos estudantes à educação pública em todos os níveis. Controle público sobre o ensino privado, impedindo a sua desnacionalização. Formação e valorização dos profissionais da educação. Universalização do ensino básico, progressivamente integral. Erradicação do analfabetismo. Fortalecimento do caráter estratégico da educação superior pública, com democratização de acesso, expansão e sustentação da qualidade. Investimento significativo e sistemático em pesquisa. Políticas de extensão que coloquem à disposição do povo a produção científica das universidades. Política de financiamento que amplie o percentual

do PIB destinado à educação e controle da aplicação dos recursos. Essa reforma no seu conjunto visa, também, a garantir que a educação, relacionada com o trabalho e o desenvolvimento, seja fator de superação da desigualdade social.

g. Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), dando-lhe qualidade superior que reverta o ônus e o sofrimento para o povo. Por um lado, maiores investimentos no sistema, gestão moderna, democrática e eficiente, exercida pelo poder público e, por outro, normas e limites para a saúde gerida por grupos privados – que, em perspectiva, devem ser substituídos pelo regime único de saúde pública. Humanização do sistema de saúde. Valorização dos profissionais e dos gestores do setor.

i. Fortalecimento da segurança pública. Adoção de uma nova política nacional de segurança orientada pelo direito fundamental do cidadão a uma vida com paz e segurança. Política fundada na integração entre União, estados e municípios, constituindo um Sistema Único de Segurança Pública que tenha a participação solidária e o controle da sociedade. Realizar ações prioritariamente preventivas e de repressão à violência criminal. Combate ao crime organizado e ao narcotráfico.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Da organização e do trabalho: O trabalho será considerado direito e obrigação social de todo cidadão válido, promovendo-se a progressiva eliminação das diferenças que atualmente separam o trabalho manual do intelectual. O Estado assegurará o exercício deste direito. O cidadão prestará à sociedade o máximo de serviços dentro de suas possibilidades e das necessidades sociais, sem prejuízo da sua liberdade quanto à escolha de sua empresa e natureza da ocupação. A liberdade individual de contrato de trabalho sofrerá as limitações decorrentes das convenções coletivas e da legislação de amparo aos trabalhadores. Os sindicatos serão órgãos de defesa das forças produtoras. Deverão, por isso, gozar de liberdade e autonomia. Será assegurado o direito de greve.

Da educação e saúde: A educação é um direito de todo cidadão que a poderá exigir do Estado, dentro dos limites de sua vocação e capacidade, sem qualquer retribuição. A educação tem o objetivo de dar ao homem capacidade de adaptação à sociedade em que vive; e, não somente, a um grupo ou classe. O ensino oficial será leigo e organizado de modo que vise ao interesse público e não aos fins comerciais. O professor terá liberdade didática em sua cadeira. O educador, no exercício de sua profissão, nenhuma restrição sofrerá de caráter filosófico, religioso ou político. A manutenção da saúde pública é dever do Estado, que não só estabelecerá condições gerais capazes de assegurar existência e trabalho sadios em todo o território nacional, como ainda proporcionará a todos, assistência médica, sanitária e hospitalar.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)

Justiça social: meta do desenvolvimento

Justiça social não se confunde com paternalismo. A valorização social do homem se dá no exercício do trabalho produtivo. Por isto o PSDB encara a expansão das oportunidades de trabalho e de emprego produtivo como um objetivo primordial de política econômica, e apoiará a implantação de programas de formação profissional e de um verdadeiro seguro-desemprego.

Aspecto dramático da dívida social brasileira é o aviltamento das condições de trabalho e remuneração do trabalhador e dos proventos dos aposentados. O PSDB estará ao lado dos trabalhadores do campo e das cidades em suas justas reivindicações, não com a pretensão de conduzi-las, mas a fim de assegurar e incentivar a livre negociação entre patrões e empregados, com os meios próprios de luta dos assalariados, inclusive a greve, e as dimensões fundamentais da autonomia sindical: liberdade de organização sindical sem interferência do Estado, liberdade do trabalhador de aderir ou não ao sindicato, liberdade de atuação do sindicato na defesa de suas reivindicações, liberdade de filiação do sindicato a entidades de grau superior.

Educação, cultura

O PSDB lutará pela expansão do ensino público e pelo cumprimento do princípio segundo o qual a educação é direito de todos e dever do Estado. A gratuidade do ensino público em todos os níveis, a gestão democrática do ensino e a valorização dos educadores serão metas da política educacional do Partido. A autonomia da universidade será defendida tendo em vista sua contribuição para o desenvolvimento econômico, tecnológico e cultural do País. A liberdade de criação e difusão da cultura serão defendidas na atuação pública e praticadas na vida interna do Partido, partindo do princípio de que a expressão artística e intelectual não pode estar sujeita a nenhuma forma de regulamentação limitativa nem à censura.

Seguridade social

O PSDB preconiza, como condição essencial à concretização da justiça social, a construção de um sistema de segurança social compatível com os postulados da dignidade da pessoa humana. A política de saúde pública, inscrita na de seguridade social, deverá enfatizar, na sua organização, execução e controle, a descentralização e, onde se fizer necessário, a participação da comunidade na orientação dos serviços.

PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO (PTC)

A primeira e principal meta: O SER HUMANO. Das disposições inseridas na “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, transcrevemos a essência: artigo 1º – Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e dotados, como são, de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente, uns com os outros”; artigo 3º – “Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa”; artigo 5º – “Ninguém será submetido a torturas, a penas ou tratos cruéis, desumanos e degradantes”; artigo 8º – “Toda pessoa tem direito a um recurso efetivo para os tribunais nacionais competentes que lhe ampare contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei”; artigo 25 – “Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure a si e à sua família a saúde, o bem-estar, e em especial a alimentação, vestuário, habitação, assistência médica e os serviços sociais necessários. Tem direito a seguro em caso de desemprego, enfermidade, viuvez e em outros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes de sua vontade”; artigo 25-1 – “A maternidade e a infância têm direito a cuidados especiais de assistência. Todos os filhos nascidos do matrimônio ou fora do matrimônio, têm igual proteção social”.

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO (PSC)

III – No Campo Social

3.1 – Dignificar o trabalho honesto como dever social, assegurando aos trabalhadores os direitos e vantagens já conquistados no âmbito jurídico do trabalho e da Previdência Social, bem como pugnar pela ascensão social e econômica dos trabalhadores urbanos e rurais, para a melhoria de sua condição de vida e da de suas famílias.

3.3 – Eliminar todas as diferenças entre o trabalhador urbano e o rural.

3.4 – Propugnar pela erradicação do desemprego, propiciando a participação de todos no processo produtivo, assim como abolir a cobrança de tarifas de água e luz em bairros da população de baixa renda, e, em relação a essas pessoas, nos municípios de ínfima renda; criar o salário-desemprego.

3.5 – Propugnar pela implantação de livre negociação entre trabalhador e patrão, bem como pela independência profissional em todos os níveis, através do sistema de cooperativas do trabalho.

3.9 – Dar plena autonomia aos sindicatos, vedando toda e qualquer intervenção nos mesmos, bem como lutar pela aprovação, no Congresso Nacional, das resoluções da OIT nos 87 e 94 e de outras que, porventura, venham a surgir, como forma de obter uma estrutura sindical autêntica e democrática.

- 3.10 – Garantir o efetivo direito de greve a todos os trabalhadores.
- 3.16 – Aperfeiçoar o sistema penal e carcerário, com vistas à reabilitação dos internos e a sua reintegração à sociedade e prestar a necessária assistência social às famílias dos internos e às de suas vítimas.
- 3.18 – Combater o terrorismo e os processos de agressão ao patrimônio público e ao privado, para a defesa da instituição democrática, da paz e do bem-estar social.
- 3.19 – Combater a ineficiência na condução dos negócios públicos e punir, drasticamente, qualquer forma de desonestidade e corrupção.
- 3.20 – Introduzir, no Código Penal, penas pecuniárias mais elevadas, se possível, acima do valor dos danos causados ao erário pelo servidor responsável, de modo que, realmente, desestimulem a prática dos crimes de peculato.
- 3.21 – Promover e melhorar o ensino de primeiro grau, cumprindo o dispositivo constitucional que o torna obrigatório para todas as crianças do País.
- 3.22 – Promover e aprimorar o ensino de segundo grau com a habilitação do estudante para o trabalho profissional.
- 3.23 – Aprimorar a qualidade do ensino superior e ampliar a concessão de bolsas de estudo aos estudantes que delas necessitarem.
- 3.24 – Promover o funcionamento, também à noite, das Universidades Públicas, tendo em vista a função social que a elas cabe cumprir; lutar pela autonomia das Universidades, e pela garantia do direito de os estudantes se reunirem em suas associações.
- 3.25 – Incentivar e proteger as pesquisas científicas, propiciando aos cientistas melhores condições de trabalho e de vida, condizente com a sua habilitação profissional.
- 3.26 – Favorecer o autor e o artista nacionais e promover a divulgação da cultura brasileira sem detrimento do justo apreço por obras de valor internacional.

PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL (PMN)

O subdesenvolvimento econômico não é um problema econômico, mas político. Para deixar de ser subdesenvolvido, o Brasil tem de realizar uma ampla mobilização nacional. Essa mobilização criará autênticos líderes, promoverá a conquista da soberania e tornará possível ao país resolver, ao mesmo tempo, todos os seus problemas. Mobilizado, o Brasil acabará com o analfabetismo, fortalecerá a cultura nacional, enfrentará a questão da saúde, aumentará a sua produção agrícola e industrial, fará a reforma agrária, defenderá as riquezas naturais, criará um poderoso mercado interno, ampliará o comércio com o resto do mundo, implementará a política do salário máximo e a previdência justa, tornará possível a construção de moradia para todos e viabilizará o aparecimento, no Brasil, da primeira experiência de democracia plena e de socialismo da riqueza.

PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA (PRP)

Saúde, educação e justiça são a priori os pilares básicos da República democrática e da sociedade política. Providos de conhecimento e de saúde e assistidos pela justiça, os homens se encontram preparados para viver em liberdade, no gozo dos bens da vida e na plena realização criadora.

Para levar a cabo todos os seus desígnios para o Brasil, o Partido Republicano Progressista (PRP) propõe um pacto político associando o socialismo democrático, naquilo que a doutrina e a prática têm de melhor (o cuidado com as pessoas, a proteção à família e as garantias de educação e saúde gratuitas de qualidade) e o capitalismo responsável e empreendedor, com novas políticas de regulamentação dos custos sociais, ambientais e culturais, com incentivos reais para as empresas que cumpram com suas obrigações sociais e fomento crescente de cooperativas de trabalho e de produção, associativismo e economia familiar.

Com os olhos fixados no futuro, o Brasil do presente necessita de frugalidade no consumo, velocidade na produção, elevação maciça nos índices de poupança, redução da desigualdade social e investimentos reais na educação e na prevenção a doenças.

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS)

Um Partido que tem como metodologia de ação política, a não violência ativa, e que repudia toda e qualquer forma de violência (econômica, racial, religiosa, física, psicológica etc). Um Partido que faz da eliminação da miséria a questão primeira de sua política. Porque enquanto houver um ser humano sem comida, sem moradia, sem educação ou sem as mínimas condições de acesso à saúde, nossa luta tem e terá razão de continuar.

Um Partido que luta por um programa radical de desenvolvimento que tenha o ser humano como sujeito e que seja capaz de eliminar a injusta distribuição de renda, acabando com a brutal concentração hoje existente. A consolidação da democracia política e a retomada do desenvolvimento, pondo fim à recessão e ao desemprego, são claras prioridades para a construção da cidadania.

PARTIDO VERDE (PV)

3 – Educação para a Cidadania e o Ecodesenvolvimento

1.O principal obstáculo a um desenvolvimento sustentado e a uma democracia plena no país é o cada vez mais baixo nível educacional e cultural das sucessivas gerações que passam pelo ou ao largo do sistema educacional vigente. A degradação do sistema educacional, sua incapacidade de formar cidadãos e também servir de base para uma valorização profissional adequada prejudica notavelmente a consolidação de uma sociedade solidária e de uma economia capaz de criar o máximo de valor agregado, o que depende de mão de obra qualificada.

São necessárias:

- a educação das crianças para o pleno exercício da cidadania e a afirmação de uma cultura democrática de tolerância que estimule o convívio salutar das diferenças, afastando toda forma de opressão, discriminação e preconceito, que faça da solidariedade, do respeito aos direitos humanos e da defesa da natureza, valores permanentes da sociedade;
- a recuperação e reabilitação da escola pública nos níveis primário, secundário e universitário, com um investimento no nível salarial e de formação e reciclagem permanente do professor;
- a defesa do ensino público universitário e investimento na informatização, na educação à distância, estímulo a formas de educação comunitária e informal, em todos os níveis;
- a defesa da universidade pública a serviço das transformações sociais, do apoio à comunidade e ao ecodesenvolvimento;
- a defesa da moradia estudantil para todos os estudantes de nível de segundo e terceiro graus, nas capitais brasileiras e em cidades que se destaquem como pólos de formação educacional, visando o incentivo ao estudante brasileiro que deixa a sua terra natal em busca de uma formação profissional que contribuirá para o desenvolvimento do país.

6 – Saúde

1. A crise da saúde passa por uma mudança radical da mentalidade dominante que a considera como uma mercadoria da indústria farmacêutica. Deve se dar ênfase à medicina preventiva, sanitária e à eliminação das agressões ambientais, com maior espaço para as terapias alternativas, evitando a doença, educando a população quanto à higiene e à alimentação sadia, socializando o saber-saúde.

A recuperação da saúde passa pelo:

- a) estímulo a uma formação médica holística. Tratar ao doente e não a doença;
- b) estímulo à democratização das informações, capacitando a pessoa ao autoconhecimento, autoconfiança e autocura;
- c) reabilitação da medicina pública através da elevação do nível salarial dos

profissionais da saúde, implantação efetiva do SUS e afastamento dos postos de poder de médicos e gestores ligados aos interesses da medicina privada e seguro saúde, que devem se moldar às condições de mercado sem favorecimento cartorial do Estado;

d) combate permanente às fraudes nos estabelecimentos conveniados;

e) estimular a formação de agentes comunitários de saúde com ênfase na saúde preventiva e nas terapias alternativas;

f) implementação de uma campanha permanente de prevenção da infecção hospitalar;

g) reaparelhamento dos setores de emergência e programas médicos específicos para mulheres, idosos, crianças, adolescentes e trabalhadores;

h) rigoroso controle da qualidade do sangue e outros hemoderivados;

i) realização de campanhas de educação e prevenção às doenças infecto-contagiosas, investimento na pesquisa de terapias, isenção total de taxas e trâmites burocráticos para a importação de medicamentos essenciais de qualquer espécie, notadamente para os portadores de HIV e de outras doenças infecto-contagiosas de caráter grave, se consideradas epidêmicas ou pandêmicas, com rígida fiscalização.

8 – Justiça e Segurança

1. Além da questão social – miséria e concentração da renda dentro de um contexto cultural sofregamente consumista – que ocupa um papel central no aumento da criminalidade, há outros aspectos estimulantes da violência: a impunidade, o funcionamento ineficiente, moroso e socialmente discriminante da justiça, o mau funcionamento, a contaminação pela criminalidade, despreparo, desorganização, falta de recursos e estratégia equivocada das instituições policiais e a disseminação de uma cultura de brutalidade e glamourização da violência. As propostas de reforma do judiciário e das instituições de segurança pública passam por mudanças constitucionais, reformas no código penal, reformas no judiciário e nas polícias.

Os objetivos desse elenco de medidas serão:

a) uma justiça democratizada, informatizada e ágil, com um controle independente;

b) novas leis, que acompanham a evolução dos problemas e os costumes da sociedade, para os delitos econômicos e os chamados crimes de colarinho branco;

c) o fim da competência das auditorias de Polícia Militar para o julgamento de crimes cometidos pelos seus integrantes contra civis, ficando seu alcance restrito a questões disciplinares da corporação e crimes militares.

2. COMBATE À CRIMINALIDADE VIOLENTA deve ser a prioridade absoluta de toda a ação policial com uma concentração dos esforços preventivos e repressivos no combate aos crimes contra a vida e a integridade física dos cidadãos e uma vigorosa estratégia de desarmamento, com a apreensão e destruição do armamento circulante, nas cidades e no campo. Uma drástica limitação do porte e aquisição de armas.

Cabe:

a) uma lei de desarmamento proibindo o comércio e o porte de armas e punindo com particular severidade a posse, contrabando ou comércio de armamento de guerra privativo das Forças Armadas;

b) criação do juizado de instrução com autoridade sobre os inquéritos policiais;

c) priorização da prevenção e repressão a crimes contra a pessoa como o homicídio, o latrocínio, o seqüestro, o estupro, na operação policial do dia a dia;

d) a descriminalização de atividades como os jogos de azar e o jogo do bicho, cuja ilegalidade, além de inócua, termina por estimular crimes muito mais graves como a corrupção passiva e a extorsão policial;

e) combate sem tréguas à prática da tortura como método de trabalho policial;

f) melhoria das condições de trabalho das Polícias Militar e Civil e uma nova estratégia visando aproximá-las da população através de conselhos comunitários de segurança com ênfase no policiamento comunitário;

g) investimento no aprimoramento humano, cultural, técnico e científico das

polícias, com sua informatização e reforço da capacidade de investigação;

h) uma política penitenciária de descentralização e moralização e unidades menores, com a preocupação de fazer com que as prisões deixem de ser escolas do crime e da barbárie e se convertam em locais de trabalho e recuperação. Agrupamento dos detentos por grau de periculosidade, protegendo os não violentos, combatendo o estupro e a extorsão e assegurando a todos os detentos o direito à vida, à integridade física, ao trabalho, ao estudo e à visita íntima.

i) criação de penas alternativas à reclusão carcerária;

j) consolidar a implantação e a manutenção das delegacias da mulher como forma de coibir e combater os crimes e violências contra a mulher;

k) implantação e manutenção das Delegacias de Meio Ambiente para combater os crimes ambientais.

3. ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA DAS DROGAS: Enfrentamento do grave problema sanitário do abuso e dependência das drogas com severidade correspondente ao grau de nocividade de cada uma delas em bases médico-científicas e não subjetivas ou ideológicas. Estimular uma cultura que prescindia de drogas como caminho de prazer e promover variadas práticas de conforto psíquico e espiritual como a meditação.

Combate realista e sustentado em relação ao fenômeno internacional da expansão do tráfico de drogas, hoje uma das maiores atividades da economia mundial com um mercado anual entre 500 e 700 bilhões de dólares, dos quais boas partes são lavados pelo sistema financeiro e reinvestido em setores da economia formal! O atual fracasso retumbante das estratégias antidrogas só poderá ser corrigido por um esforço concentrado internacional para a formulação de uma nova política mundial de drogas, mais lúcida e realista, que priorize a informação como mecanismo básico de prevenção, o fim do morticínio associado às disputas pelo controle de comércio ilegal superlucrativo e a sua repressão. As guerras provocadas pelo tráfico de drogas constituem causa de mortes e sofrimentos humanos bem maiores do que os efeitos de saúde pública do consumo e abuso das drogas em si. As atuais estratégias de repressão antidroga só fortalecem o poder dos traficantes, favorecendo a seleção natural dos mais aptos e a constituição de autênticos impérios, capazes de colocar em xeque o próprio estado democrático.

4. Uma nova política internacional provavelmente passará pela legalização e fornecimento, controlado pelo Estado, como forma de solapar e inviabilizar economicamente os grandes cartéis da droga, diminuir substancialmente as mortes e sofrimentos associados ao tráfico e à repressão, e tratar as drogas como uma grave questão de saúde pública, assistência e grandes campanhas educativas, não mais uma guerra impossível de vencer. As condições internacionais ainda não amadureceram para essa nova concepção e faltam estudos melhores sobre as formas mais prudentes de colocá-la em prática. Nessas circunstâncias, dentro de um escopo nacional, portanto limitado, cabe apenas atenuar os aspectos mais irracionais e danosos da situação atual.

O PV propõe:

a) uma nova Lei de Entorpecentes, legalizando o uso da Cannabis Sativa para fins industriais, médicos e pessoais, descriminalizando o uso de drogas, que passa a ser encarado, em situações de dependência de drogas pesadas, como um problema de saúde e não de repressão e prisão;

b) encarar o consumo como um problema policial apenas nos casos em que estiver associado a algum outro delito, hipótese em que entrará como agravante como ocorre atualmente com o abuso de álcool;

c) penalização diferenciada na repressão ao tráfico classificando as drogas em categorias, de acordo com o grau de dano que podem provocar à saúde. Dessa forma se evita, na repressão, o nivelamento de drogas de efeitos nocivos muito diferenciados, o que na prática estimula o tráfico das mais pesadas e nocivas que são mais rentáveis;

d) priorização para o investimento de bens móveis e imóveis apreendidos nas

operações de repressão ao tráfico em atividades e entidades comunitárias de cunho cultural e educacional, como forma de favorecer a valorização e inserção saudável do indivíduo em seu meio social;

e) incentivar a criação dos Conselhos Municipais de Entorpecentes;

f) inserir na grade curricular dos cursos de formação de professores, matéria específica relativa ao tema e reciclagens constantes, que permitam a ampliação e atualização da ação informativa dos profissionais de educação, dissociando esta abordagem de aspectos pessoais não respaldados cientificamente;

g) campanhas de esclarecimento nas escolas e nos meios de comunicação sobre os efeitos nefastos de todas as drogas lícitas ou ilícitas com ênfase científica embasada nas mais deletérias à saúde.

AVANTE (AVANTE)

1) Fiel a sua matriz de inspiração trabalhista preconiza a imperiosa necessidade de defesa da vasta camada dos trabalhadores autônomos e dos micros, pequenos e médios empreendedores. As mudanças econômicas nas últimas décadas provocaram importantes modificações no mercado de trabalho, acarretando não só sua precarização como o surgimento de novas formas de ganhar a vida. O PT do B se propõe ser o instrumento político a favor desta causa, não só nas atividades urbanas como nas rurais;

8) A saúde pública se vê assolada por moléstias que já foram consideradas extintas no país, como a dengue e a leishmaniose, além de outras erradicáveis através de vacinação e de saneamento. A população, além, disso, sofre com a falta de acesso efetivo aos serviços de atenção médica sendo obrigada, muitas vezes, a gastar duplamente, contratando planos privados de saúde, por algo pelo qual ela já pagou ao longo da vida. Tal duplicidade de custeio se repete também no tocante à educação e à segurança pública ampliando de maneira invisível a intolerável carga tributária. Seria fundamental e possível, por exemplo, redefinir a maneira de recrutamento de pessoal médico através de contratação por salários justos de profissionais em regime de dedicação exclusiva.

PARTIDO PROGRESSISTA (PP)

IV. Diretrizes no campo social

A defesa do bem-estar da pessoa é a principal razão de ser dos progressistas, assim sendo, para o segmento social, queremos:

A. NO QUE TANGE AOS TRABALHADORES:

1. garantia do poder aquisitivo dos salários, maior estabilidade no emprego, liberdade sindical e de associação, salário justo, seguro-desemprego, participação nos lucros das empresas e, igualmente, de sua gestão, desde que livremente negociada entre patrões e empregados, materializando sempre o conceito de que o trabalho não é mera mercadoria, mas, a expressão da dignidade humana;

2. defesa do direito de greve, em medida extrema, como forma legítima de reivindicação de tratamento justo e da inviolabilidade das assembleias sindicais, sem permissão de métodos violentos que atentem contra a liberdade de trabalho e a integridade física do trabalhador, preservando-se o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;

3. combate da rotatividade injusta da mão-de-obra, inclusive protegendo o mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos;

4. garantia de efetiva proteção ao trabalhador, contra riscos ocupacionais, inclusive de acidentes, e melhoria das condições de trabalho, no que diz respeito à sua saúde;

5. combate aos desníveis salariais profundos, de sorte a promover distribuição mais equitativa da renda e dos benefícios do desenvolvimento; e

6. implementação, vinculada à política de emprego e distribuição de renda, de uma política de reintegração de populações marginalizadas, visando a possibilitar condições satisfatórias de vida a migrantes, posseiros, favelados, índios e outros;

C. NA ÁREA DE SAÚDE:

1. fortalecimento do Sistema Único de Saúde, com aumento da responsabilidade dos municípios na sua gestão, numa integração cada vez maior dos serviços de saúde com a comunidade a que se destina, objetivando:

- a) garantia de assistência médica, odontológica e hospitalar a toda a população;
- b) implementação de um programa permanente de prevenção, com ênfase na vacinação, saneamento básico, educação sanitária e combate às endemias;
- c) proteção à saúde, com melhores condições do meio ambiente e segurança do local de trabalho; e
- d) assistência integral à saúde materno-infantil;

D. NO QUE SE REFERE À CULTURA, EDUCAÇÃO E CIÊNCIA E TECNOLOGIA:

- 1. respeito à pluralidade de culturas nacionais que o Estado tem o dever de preservar;
- 2. estímulo às culturas popular e regional, apoiando as manifestações folclóricas e as festas religiosas, dentre outras;
- 3. resguardo à cultura indígena em suas variadas manifestações;
- 4. alcance da identidade e do perfil nacional, dos quais a cultura brasileira é depositária, devendo ser entendido e respeitado o seu papel dinâmico e crítico, em busca de valores e do aperfeiçoamento da pessoa humana, que o Estado deve proteger contra o risco de sua desfiguração por valores culturais importados;
- 5. estímulo às artes, em suas manifestações, mantendo programas permanentes de apoio destinados a torná-las acessíveis ao povo em geral, não cabendo ao agente público julgar o valor ou a qualidade da produção artística;
- 6. impulso à produção por intermédio de programas que beneficiem autores e editores, mas que, sobretudo, propiciem maior consumo da obra literária, disseminando, com o apoio do Estado, as bibliotecas, por serem instrumento de preservação e dinamização da cultura;
- 7. atribuição de responsabilidade aos meios de comunicação de massa como elementos de difusão cultural, a serviço do bem- -comum;
- 8. manutenção de reserva aos brasileiros à propriedade de empresas jornalísticas de qualquer espécie, inclusive de televisão e de radiodifusão;
- 9. sustentação da livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura, porém, admitindo-se para a televisão e outros meios de comunicação de massa, critérios classificatórios segundo faixas etárias e acessibilidade quanto à facilitação de audiências;
- 10. atribuição ao Estado do papel de mediador dos agentes culturais, estimulando e apoiando, sem dirigismo, a produção, a distribuição e o consumo da cultura, não admitindo a censura prévia ao livro e à imprensa;
- 11. preservação da memória nacional no seu patrimônio cultural, artístico e histórico;
- 12. concepção do desporto como expressão cultural, por intermédio do qual o homem se manifesta e se desenvolve, determinando uma atenção prioritária ao esporte amador e comunitário, estimulando-se por intermédio dos sistemas escolares a cultura física e os esportes;
- 13. considerando de que à família estão afetos o direito e o dever de educar a criança, já que é sua primeira e mais importante comunidade educacional;
- 14. ratificação de que ao Estado cabe assegurar o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, tornando universal o acesso de todos ao saber, por intermédio da escola pública ou a compra de vagas em escolas particulares, assegurando-se o direito à matrícula;
- 15. garantia, aos estudantes carentes, de ensino gratuito em todos os níveis, seja por meio de estabelecimento de ensino público, seja por intermédio de ensino particular subsidiado, inclusive por meio de bolsas de estudo, crédito educativo, compra de vagas e outras formas de apoio, inclusive custeio e financiamento;
- 16. admissão da educação como instrumento de liberdade e aperfeiçoamento do homem, razão pela qual a boa qualidade do ensino deve ser preocupação primordial dos sistemas educacionais, assim como sua democratização deve encerrar um duplo imperativo ético e político;
- 17. orientação do ensino para o atendimento às necessidades do mercado de trabalho, respeitando as vocações, mas estimulando aquelas voltadas para as áreas susceptíveis de maior possibilidade de aproveitamento de mão-de-obra especializada;

- 18.assistência ao ensino pré-escolar, sobretudo ministrado pelas administrações municipais, que devem ter apoio da União e dos Estados, quanto a meios e recursos para o seu desenvolvimento;
- 19.responsabilidade comum da União e dos Estados o apoio ao ensino médio, com prioridade para o ensino profissionalizante;
- 20.atribuição de prioridade adequada ao ensino Supletivo, como fator de democratização, alargando-se as fronteiras da escola formal;
- 21.oportunização da educação para jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de seus estudos, nos ensinos fundamental e médio, na idade própria;
- 22.atendimento ao educando carente, prioritariamente no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de oferta de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- 23.sustentação, em clima de liberdade, da ciência, cuja tarefa primordial é a investigação da verdade, o que não se combina com a subordinação aos poderes político e econômico;
- 24.reconhecimento da importância da transferência de tecnologia, evitando qualquer espécie de colonialismo científico ou tecnológico;
- 25.apoio à pesquisa, tanto pura como aplicada, reservando-se esta, preferencialmente, às empresas e aquela às instituições de ensino superior, visando diminuir o grau de dependência externa, científica e tecnológica do País;
- 26.devido respeito ao magistério, proporcionando aos professores capacitação permanente e remuneração condigna, compatível com suas responsabilidades;
- 27.apoio à autonomia administrativa e didática da universidade, adaptando-a, permanentemente, à dinâmica do conhecimento e às exigências da comunidade; e
- 28.modernização das instituições de ensino superior a fim de que possam cumprir o seu papel contribuindo como fator fundamental para o desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e cultural do País;

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO (PSTU)

CAPÍTULO 11 - DOS OBJETIVOS.

Artigo 5 - O PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO - PSTU, atuará permanentemente em âmbito nacional, com estrita observância deste Estatuto, do seu Programa Partidário e da Legislação em vigor, notadamente os artigos 5º, incisos IV e VI II, e 17 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo único O PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO - PSTU, defende o regime representativo e democrático, o pluralismo partidário e os direitos fundamentais da pessoa humana.

Artigo 6 - O PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO- PSTU, atuará no âmbito do território nacional com o objetivo primordial de convencer os trabalhadores e demais setores explorados da população acerca da necessidade histórica da construção de uma sociedade plenamente socialista, com a propriedade coletiva dos meios de produção em geral e vigência de um regime político de ampla democracia para os trabalhadores que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa.

Parágrafo 1º - Coerente com o seu Programa e seu Manifesto, o PSTU é solidário a todas as lutas dos trabalhadores do planeta que visem a construção de uma sociedade justa e fraterna, incluindo as lutas das minorias, nações e povos oprimidos.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)

OS PRINCIPAIS EIXOS TÁTICOS SÃO:

- O fortalecimento dos sindicatos e a criação de intersindicais, com vistas à construção de uma central sindical classista;
- A luta pela ampliação e o fortalecimento das redes públicas de ensino infantil, fundamental, médio e universitário, rumo à plena socialização do sistema e à erradicação do analfabetismo no país;

- A luta pela ampliação e o fortalecimento das redes públicas de saúde, visando a universalização do serviço e o fim da rede privada;
- A luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução do salário e com garantia do emprego para todos os trabalhadores;
- A luta pela internacionalização das ações políticas dos trabalhadores e pela internacionalização dos direitos sociais e trabalhistas;

PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (PRTB)

O TRABALHISMO PARTICIPATIVO

O Trabalho gera riquezas, que por sua vez se transformam em bem-estar social. Quando todos tivermos acesso a compartilhar das oportunidades criadas, seja como empregados ou como empregadores, poderemos mais rápido desenvolver o País, proporcionando substanciais melhorias de condições de vida, onde a saúde, a educação, a habitação e a segurança passem a ser bens materiais compartilháveis com mais equidade entre todos. Nosso Partido, o PRTB, por isso, prioriza o Trabalhismo Participativo, seja na condição de empregado ou empregador. Afinal, todos somos absolutamente necessários uns aos outros, especialmente ao desenvolvimento da Nação Brasileira.

OPORTUNIDADES GERADAS PELO CAPITAL E PELO TRABALHO

Nós do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, propugnamos pela harmoniosa convivência Capital x Trabalho, que são molas-mestras para a construção do Progresso e do Desenvolvimento pessoal e coletivo. O Capital não deve estar voltado para exploração do homem e sim para o seu benefício. O empregador deverá obter seu lucro, sem todavia, jamais subtrair do empregado o que lhe é devido e justo, dentro de suas conquistas sociais e trabalhistas. Por outro lado, o empregado deverá respeitar e colaborar para o crescimento das empresas onde trabalha, pois dos investimentos e dos riscos inerentes à atividade empresarial é que dependem seu emprego e seu futuro. Por outro lado, todo desenvolvimento em tecnologia deverá necessariamente ser acompanhado por igual evolução na área de recursos humanos.

PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE (PHS)

3.2 – Da Economia

j. A crise do emprego: o trabalho no Século XXI

Estamos vivendo uma crise de transição entre formas de trabalho. Na insana busca pela produtividade, a indústria emprega processos tecnológicos e métodos administrativos que, de grandes empregadoras das massas operárias, as transforma em meros centros operadores de equipamentos. Essa situação pode comprometer os direitos ao trabalho e a renda de forma irremediável. Para se contrapor a essas consequências, próprias do processo de “globalização dos mercados”, o PHS estimulará a criação de novos postos de trabalho e de atividades profissionais adequadas aos “novos tempos” através do apoio às micro e às pequenas, do aproveitamento das potencialidades econômicas de cada região e de cada grupo de pessoas.

Enquanto a questão do emprego não estiver resolvida, as pessoas afetadas devem ser amparadas por mecanismo eficientes de garantia de renda mínima que, ao tempo em que garante-lhes o poder aquisitivo para financiar o consumo mínimo indispensável, estimula a produção, contribuindo para a criação dos postos de trabalho tão desejáveis.

– Da Educação, da Cultura, da Ciência e Tecnologia

a. A absoluta priorização da educação

O futuro de um povo depende da forma como sua juventude é educada. Para garantir melhores condições para nosso futuro, o Partido Humanista da Solidariedade considera a educação como a principal alavanca do desenvolvimento da Nação. Propõe o investimento maciço de recursos na educação de primeiro e segundo graus, gerando as condições necessária ao ensino e ao aprendizado, de modo a erradicar o analfabetismo e permitir a formação profissional de nossos jovens.

Com essa perspectiva, o magistério deve ser dignificado, através do progressivo resgate do

prestígio social dos professores, pois o seu aviltamento corresponde ao aviltamento do próprio ensino e, na sua esteira, à decadência social de toda a Nação.

b. A capacitação profissional

O Brasil adota um modelo educacional cruel, contrário aos seus interesses mais essenciais e que estimula a formação de uma elite altamente preparada que convive com uma imensa maioria a qual foi negada qualquer habilitação profissional. Para que a sociedade brasileira alcance a justiça é necessário, entre outros itens, que seu povo se habilite profissionalmente aos “novo tempos”. Para isso, seu modelo educacional deve prestigiar a formação profissional de nível intermediário, formando técnicos, artesãos, operários especializados em um ofício. Nesse sentido, o PHS considera que o ensino técnico deve integrar as principais prioridades do sistema educacional. Não pode haver no País um único cidadão a quem não seja dado o ensejo de aprender um ofício compatível com seus gostos e com a dignidade de cidadão e da pessoa humana. A integração da escola com a empresa e a comunidade é um fator essencial no modelo que defendemos.

c. estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico

O conhecimento científico e tecnológico, ao lado do crédito, é um fator essencial para o desenvolvimento econômico e social do povo. Com essa convicção, o PHS o coloca como uma questão crucial para a soberania e desenvolvimento do país e defende o aporte de recursos financeiros capazes de garantir a continuidade do desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito das Universidades, Institutos de Pesquisa e, mesmo, entidades empresariais, impedindo a chamada “evasão de cérebros” e estimulando a produção de tecnologias nacionais.

A legislação nacional não pode constituir-se elemento de desestímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico. Por isso, desde logo, rechaçando qualquer insinuação de nacionalismo exacerbado ou xenofobia, o PHS rejeita todas as pressões internacionais para que a nossa legislação sobre a propriedade industrial seja convertida em instrumento de “genocídio intelectual” de nossos pesquisadores ou de estagnação de nosso processo de desenvolvimento industrial. Nessa perspectiva, o PHS admite, inclusive, a utilização temporária e setorial de instrumento excepcionais, como a “reserva de mercado”, como forma de estímulo à conquista de estágio avançados de desenvolvimento científico e tecnológico.

d. A preservação cultural

O avanço tecnológico e o progressivo entrelaçamento dos mercados têm promovido uma aceleração dos processos de miscigenação cultural, descaracterizando algumas das raízes mais profundas de nosso povo. O PHS propõe o incentivo aos programas de preservação cultural das minorias, inclusive a manutenção do ensino das línguas indígenas nos estabelecimentos de ensino localizados nas regiões de forte presença de membros de tribos remanescentes.

Igual atenção deve merecer a preservação de nosso próprio idioma nacional que, nestes tempos de “globalização”, vem recebendo duros golpes pela apologia que o novo sistema de comunicação (informática, TV a cabo e outras), faz dos costumes e expressões provenientes do exterior.

e. A Universidade: pesquisa, ensino e extensão

A Universidade, que reúne a elite intelectual, é um excelente foro para o desenvolvimento da ciência e para o debate dos principais temas da vida nacional. Por outro lado, cabe a Universidade oferecer o ensino de nível superior – assumindo, então, posição fundamental no sistema de educação do país – participar ativamente do sistema de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico – ganhando posição estratégica no processo de crescimento econômico do país – e, finalmente, de empreender atividades de extensão, levando o conhecimento científico às comunidades – assumindo, assim, importância no processo de integração Escola-Comunidade.

Assim, reconhecemos sua importância no sistema de ensino, pesquisa e extensão e no funcionamento da democracia do país, o PHS entende que é necessário apoiar decididamente a atividade da Universidade, inclusive pela valorização da comunidade universitária.

– Da saúde e da Previdência Social

A universalização do atendimento médico-hospitalar

O atendimento médico-hospitalar deve ser estendido a todos, com a progressiva socialização dos serviços de saúde. A exigência das entidades privadas de “seguro-saúde” insinua a viabilidade financeira do atendimento médico-hospitalar a todos os brasileiros.

A municipalização da Saúde é processo que deve ser mantido, sob o controle da participação popular isenta de cooptação por parte do Poder Público: as Conferências de Saúde e os Conselhos Municipais de Saúde são preciosas ferramentas de participação popular, merecedoras da ativa proteção do Poder Central do País.

DEMOCRACIA CRISTÃ (DC)

Plano Social

Não sendo o trabalho uma mercadoria, mas sim expressão da pessoa, deve ser remunerado com justiça e equidade garantindo-se o salário justo através de normas que promovam o equilíbrio entre capital trabalho.

Assegurar todos o direito de acesso à educação, em todos os níveis, quer através do ensino público, quer através do ensino privado mediante concessão de bolsas de estudos, crédito educativo e formas afins, aos estudantes carentes.

Promover um Sistema Nacional de Saúde, ao mesmo tempo unificado e descentralizado, que assegure a todos, assistência médica, odontológica e hospitalar, atribuindo-se especial ênfase à prevenção das doenças.

Promover um Plano Nacional de Segurança Pública, que possa realmente assegurar ao cidadão, o direito de viver e trabalhar em paz e sem medo.

Promover um Plano Nacional de Geração de Empregos, capaz de criar efetivamente, através do planejamento e desenvolvimento econômico, as novas oportunidades de trabalho que a Nação reclama.

Garantir aos trabalhadores, direito de reunirem-se em associações e sindicatos, garantindo-se também, a inviolabilidade das assembleias sindicais e o direito de greve, como forma extrema de defesa das próprias razões.

Promover um efetivo Plano Nacional de Combate aos Acidentes e Doenças do Trabalho, garantindo-se assim aos trabalhadores, as condições de segurança e saúde a que tem direito, no ambiente de seu trabalho.

Promover, na prática, o cumprimento do preceito constitucional que determina a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.

Aperfeiçoar a Justiça do Trabalho, reconhecendo-a como instrumento de equilíbrio e justiça social, aprimorando a representação paritária.

Assegurar ao trabalhador, o direito ao lazer, afirmando que o seu destino não pode ser apenas, nascer, trabalhar e morrer, mas sim, que é inerente a sua dignidade, o direito de usufruir a vida.

Tornar efetivo o direito constitucional dos trabalhadores de participação nos lucros ou resultados das empresas, estimulando-se a parceria entre capital e trabalho.

Combate total ao tráfico de drogas, que assassina os jovens e destrói as famílias, punindo-se severamente os traficantes.

Considerar a Educação, como prioridade nacional, garantindo-se:

- Justa remuneração aos professores em todos os níveis;

- Apoio ao ensino profissionalizante;

- Subsídios às escolas particulares mantidas por entidades sem fins lucrativos e colocadas a serviço da comunidade;

- Verbas orçamentárias em todos os níveis, destinadas a assegurar efetivamente a qualidade de ensino e o acesso de todos ao processo educativo;

- Apoio às Universidades e reconhecimento de sua função na sociedade, quer como centro avançado de pesquisa e formação acadêmica, quer como crítica do processo de desenvolvimento social e econômico, quer como formuladora de teses alternativas;

- Promover Plano Nacional de Apoio à Pesquisa, tanto em seu aspecto de investigação pura, como no campo da pesquisa aplicada.

Contribuir para erradicar o preconceito de raça em todos os setores da vida social e econômica do país, fazendo cumprir e aperfeiçoando a legislação específica.

PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA (PCO)

Programa Geral

- I. Não ao salário mínimo de fome, por um salário mínimo vital.
- II. Não ao banco de horas, não ao contrato temporário e ao PPE A única via para os trabalhadores: redução das horas trabalhadas, trabalhar menos, trabalharmos todos.
- III. Abaixo a superexploração.
- IV. Que os patrões arquem com os custos da crise.
- VI. Abaixo a política recessiva e onerosa para os trabalhadores, que os patrões paguem pela crise e sustentem o seu Estado.
- VII. Em defesa dos camelôs, perueiros e todos os desempregados que são reprimidos pelos governos burguesas na luta pela sobrevivência.
- VIII. Por um plano para a criação de empregos.
- VIII. Não às demissões em massa: ocupação de fábricas.
- IX. Contra a máquina infernal de demissões e fraudes capitalistas.
- X. Contra o imperialismo.
- XI. Fim da repressão aos sem-terra, expropriação do latifúndio.
- XII. Contra a política de seguidismo à burguesia e ao seu governo: pela organização independente da classe operária e das massas exploradas.
- XIII. Abaixo a ditadura civil, pelos direitos democráticos dos trabalhadores e da população oprimida.
- XIV. Em defesa da produção de cultura nacional, acesso do povo à cultura.
- XV. A questão indígena.
- XVI. Contra os governos patronais e sua política antioperária: lutar por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo.

PODEMOS (PODE)

O Podemos nasce para dar resposta às novas características da sociedade contemporânea. Pretendemos encaminhar a sua causa para os canais institucionais da democracia representativa. Queremos que no dia a dia você seja nosso parlamentar. Isso significa que você vai decidir. Para isso, estamos elaborando nossos 19 princípios que deverão orientar a formulação de nosso programa partidário, que será criado com a sua participação, pois entendemos que é tarefa do partido despertar o interesse do eleitor na discussão das causas, de suas causas.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL)

Nossas ideias

Nosso compromisso é o de priorizar as seguintes questões abaixo relacionadas, além de outras também abraçadas pelo partido:

- a) segurança pública nacional, em todos os níveis, prestigiando, protegendo apoiando os respectivos órgãos que nela atuam, tais como as polícias federal, rodoviária federal, militares e civis; receita federal; corpos de bombeiros; as guardas municipais e as Forças Armadas;
- b) proposição de mudanças legislativas e implementação de políticas que visem minimizar os índices crescentes de violência e homicídios no país, reduzindo-os substancialmente no mais curto espaço de tempo possível;
- c) políticas de proteção às nossas fronteiras, minimizando o contrabando e o tráfico de armas e de drogas;
- d) políticas de esclarecimento à população, que visem a conscientização a respeito dos males provocados pelo comunismo e socialismo;
- e) proteção à propriedade privada e garantia de que cada cidadão de bem tenha o direito de proteger seu principal patrimônio: sua vida. Para tanto, é necessária a revogação do Estatuto do Desarmamento e a criação de condições para que os cidadãos possam ter a posse de armas de fogo, se assim o desejarem;

- f) proteção intransigente à democracia e à liberdade de cada cidadão;
- g) redução do tamanho do Estado, em todos os seus níveis e esferas, a fim de torná-lo mais ágil e eficiente, bem como menos corrupto;
- h) garantia de prestação de serviços públicos de qualidade e de eficiência nas áreas de saúde e educação;

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO (PRB)

Do Trabalho

O direito ao trabalho remunerado, como única fonte de sobrevivência digna para os que nasceram sem herança, é entendido como em pé de igualdade com o direito à propriedade privada, sendo dever do Estado garantir as condições macroeconômicas capazes de assegurá-lo a todos os cidadãos aptos e dispostos a trabalhar.

Da Educação

O Estado deve assegurar ao povo educação básica gratuita, seja por meio de uma estrutura educacional própria, seja por meio de estruturas privadas devidamente regulamentadas. O ensino de qualidade, em todos os níveis, com remuneração adequada de professores e pessoal auxiliar, é o principal instrumento para a ascensão social, pelo que deve figurar entre as prioridades nacionais.

Da Saúde

O Estado deve assegurar a todos os brasileiros, assim como a estrangeiros que se encontrem em território nacional, um eficiente e universal sistema público de saúde.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL)

- 1) Redução imediata da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução dos salários. Progresso tecnológico a serviço da criação de postos de trabalho.
- 2) Abaixo o arrocho nos salários. Reposição mensal da inflação. Recuperação efetiva do salário mínimo. Aumento real dos salários.
- 5) Inverter radicalmente os gastos públicos para saúde, educação e infraestrutura.
- 12) Contra a insegurança e pelo direito a vida.

PARTIDO DA REPÚBLICA (PR)

Salário Familiar Justo - O Partido da República (PR) defende o salário justo que represente a efetiva participação do trabalhador na formação da riqueza nacional. O salário justo não é aquele que apenas cobre as necessidades fundamentais dos trabalhadores. Além de permitir à família moradia, alimentação, saúde, educação, lazer e formação de poupança, ele deve traduzir o correspondente à sua participação na formação da riqueza. Os salários indiretos não devem ser aceitos como pretexto para menor remuneração, já que retiram do trabalhador o direito de dispor livremente do resultado de seu esforço. Só atingiremos o objetivo do salário justo com profundas reformas estruturais que equilibrem a prioridade até agora dada à remuneração do capital.

Na sociedade ocidental a luta pelo salário justo passará necessariamente pelo esforço por melhores índices de produtividade. A responsabilidade pelo aumento da produtividade é também do trabalhador, mas reflete, sobretudo, a maior capacidade de organização da empresa.

Educação - A família tem o direito e o dever da educação de seus filhos, sendo o Estado suplementador e auxiliar.

O acesso à escola de 1º e 2º graus é direito de todo cidadão. O direito à escola de 3º grau deve ser assegurado a todos que revelem vocação e aptidão para a vida universitária. O Partido da República (PR) acredita que a democratização da Educação não se atinge com o mero acesso à escola. É fundamental que a escola seja eficiente, transmitindo informações e estimulando a capacidade crítica do cidadão.

Ao magistério devem ser asseguradas liberdade de cátedra, remuneração justa, estabilidade,

promoções e aposentadoria especial.

A má qualidade do ensino brasileiro já criou um ciclo vicioso que faz com que a escola, mal equipada, tenha preparado muitos professores que precisam ser reciclados para que melhor cumpram a sua missão. Os cursos de reciclagem devem preocupar-se, sobretudo, com o conteúdo das matérias.

O estímulo ao pré-escolar, principalmente em áreas carentes, é prioritário.

Saúde - O Partido da República (PR) considera dever do Estado propiciar aos brasileiros carentes assistência médica, inclusive odontológica, independentemente de contribuições previdenciárias. Quem assumiu responsabilidades para com a Nação Brasileira foi o Estado, não o INSS.

Os recursos para despesas públicas com Saúde devem ser obtidos de impostos e não pela arrecadação de taxas.

Uma criança mal alimentada está irremediavelmente incapacitada para o pleno desenvolvimento intelectual. Não existe esforço pela democratização do país, quando a milhões de brasileiros são negadas as condições mínimas de vida. São, por isso, prioritários os programas de alimentação de gestantes e crianças carentes.

Violência Urbana - O aumento da violência e da criminalidade urbanas têm como uma de suas causas primárias a injustiça social, em um país que não proporciona a todos oportunidades de educação, saúde, trabalho e promoção social. O trabalho mal remunerado ou escravo, gerador de desesperança e revolta, é uma das causas fundamentais da violência urbana.

Enquanto se busca a solução para problemas dessa natureza, não pode o Estado, entretanto, negligenciar seus deveres fundamentais de assegurar proteção ao cidadão, à sua vida e ao seu patrimônio.

A lei e a sua aplicação pela justiça, devem ser severas, sobretudo quando penalizam traficantes de tóxicos ou de drogas. A leniência em tais situações seria injusta para com as vítimas de seus crimes e um estímulo a agressões a cidadãos que têm direito à proteção do Estado. O esforço policial, exercido nos limites da lei, deve ser prestigiado.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

Apoiamos as políticas sociais aos que mais precisam do amparo do estado, e a necessidade de abrir as portas de entrada do emprego digno para esses cidadãos. Devemos isso ao Brasil que quer e precisa se modernizar, se tornar mais ágil, se libertar das impossibilidades e oferecer, de verdade, igualdade de oportunidade aos que querem se profissionalizar, gerir seu próprio negócio e vencer na vida. O PSD contará com a experiência de algumas das mais importantes lideranças sindicais do Brasil para defender políticas de inclusão social e desenvolvimento trabalhista.

PARTIDO PÁTRIA LIVRE (PPL)

O PARTIDO terá como inspiração para sua atuação imediata os seguintes pontos:

3. pelo fim de todas as desigualdades e discriminações, com a universalização do ensino público de qualidade, com escolas integrais, ensino técnico, prestação dos serviços de saúde e moradias dignas para todas as famílias brasileiras, e, dessa forma, superar as iniquidades sociais e econômicas;

4. defesa e aprofundamento dos direitos dos trabalhadores e assalariados de um modo geral, e retomada da valorização do salário mínimo;

PATRIOTA (PATRI)

2.5.5. Princípio Amplo de Segurança

Um Estado Democrático de Direito tem como objetivo a promoção de segurança para o seu cidadão, na visão mais ampla possível, tanto em seu aspecto jurídico quanto político e também

policial.

O cidadão de bem não tolera violência e medo. A função primeira de um Estado é a proteção do seu súdito. Para isso acontecer de maneira plena, é necessária uma legislação penal rígida com execução penal séria e a redução da maioridade penal, de forma que todos os indivíduos sejam responsabilizados pelos malfeitos que praticam. Faz-se necessário ainda a valorização das polícias estaduais, a integração de todas as forças no combate ao crime organizado, com especial investimento em métodos investigativos. Somos contra a desmilitarização da Polícia Militar.

O direito de autodefesa do cidadão é pré-requisito de um sistema político que promova a liberdade do indivíduo. O PATRIOTA tem como objetivo garantir e, posteriormente, manter o direito dos brasileiros ao porte e à posse de armas de fogo.

Quanto à insegurança externa, é essencial que as Forças Armadas do Brasil estejam bem aparelhadas, com salários dignos e grande contingente para garantir a soberania nacional e combater o tráfico de armas, drogas e pessoas. Imigrantes devem ter seu histórico pesquisado anteriormente à concessão de asilo ou cidadania.

O PATRIOTA defende uma sociedade pacífica, ordeira e livre, com plena segurança do cidadão contra inimigos internos e externos.

2.9. Eficiência na Gestão Pública

A gestão pública brasileira é um verdadeiro caos, com dívidas galopantes, falta de responsabilidade fiscal, péssimos incentivos econômicos e excesso de competências de Estado. A eficiência na gestão pública é essencial para promover, com o menor gasto, a maior quantidade possível de bens e direitos fundamentais para o pleno desenvolvimento da cidadania e da liberdade do brasileiro.

Para isso, o PATRIOTA busca implementar uma agenda de gestão pública com os seguintes princípios: verdadeira austeridade fiscal com busca ao déficit nominal zero; criação de mecanismos efetivos de responsabilidade fiscal sobre o administrador; redução da burocracia e simplificação dos trâmites administrativos; priorizar a extinção da dívida pública para aumentar a poupança nacional e os investimentos; reduzir as competências estatais, delegando-as para a iniciativa privada e focando apenas nos serviços essenciais; incentivar o uso do mercado para a promoção de serviços essenciais, como educação, saúde, e segurança, com apoio financeiro aos mais necessitados; plano de metas e aplicação de instrumentos de mercado, como a meritocracia e a responsabilidade pessoal, dentro dos serviços prestados diretamente pelo Estado; e estímulo à participação e à fiscalização da gestão pública pela sociedade civil; entre outros.

PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL (PROS)

Segurança

O PROS defende o resgate da segurança para devolver ao Brasil o sentimento de paz nas ruas, mediante a garantia dos direitos fundamentais de ir e vir, liberdade e integridade física e moral sem a ameaça ou lesão dos indivíduos ou ao seu patrimônio.

Desenvolvimento Tecnológico

O PROS apoia o desenvolvimento tecnológico brasileiro estimulando o intercâmbio com países com capital intelectual tecnológico. Os novos conhecimentos poderão ser utilizados para o progresso da educação no país e aperfeiçoamento de mão de obra gerando desenvolvimento político, econômico e social.

SOLIDARIEDADE (SD)

A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO

Acreditamos no trabalho como força primordial e motriz da vida humana. Defendemos que ele possa se estabelecer de maneira respeitosa, ancorada no bem comum e em uma cooperação

comprometida em relação ao outro, em escala pessoal, social, e com repercussão também no domínio econômico.

Atualmente, o trabalho tem sua valorização na produtividade, mas nem sempre no ser humano que está disponibilizando sua mão-de-obra para produção. Devemos compreender o trabalho a partir dos seres humanos que exercem as atividades produtivas e não só do ponto de vista da maximização da produtividade e lucro.

O bem-estar dos trabalhadores não deve ser negligenciado em detrimento da produção. Buscamos o desenvolvimento e ampliação do trabalho decente em todo país, bem como o fortalecimento do diálogo entre os trabalhadores e seus empregadores para negociações responsáveis que priorizem o crescimento da produtividade através da valorização dos trabalhadores e sua renda.

PARTIDO NOVO (NOVO)

REFORMA TRABALHISTA

Somos favoráveis à livre negociação entre empresas e cidadãos na relação do exercício da profissão e à flexibilização das jornadas de trabalho. Somos contra impostos sindicais obrigatórios, fixação de piso salarial e de salário mínimo obrigatório.

EDUCAÇÃO

Defendemos a educação básica como um direito essencial, já que é a principal responsável em gerar melhores oportunidades a todos. O sucesso econômico e o desenvolvimento do país está ligado diretamente à educação básica de qualidade. É a principal chave para a melhoria da qualidade de vida, pois só com educação os indivíduos se tornam independentes e, consequentemente, aptos a crescerem como cidadãos, pelo próprio mérito.

UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Acreditamos em universidades públicas, mas que não precisam necessariamente ser gratuitas. Acreditamos que os esforços devem ser focados na educação básica de qualidade.

DOCTRINAÇÃO NAS ESCOLAS

Somos contrários à doutrinação nas escolas. Entendemos que o problema está relacionado à centralização das decisões sobre políticas educacionais no âmbito federal e ao escopo de atuação do MEC. O Brasil é um país continental, por isso defendemos que os Estados, Municípios e comunidades de bairros tenham maior participação sobre a grade curricular das unidades públicas de educação, de acordo com a cultura e costume regionais.

SEGURANÇA

Baseado nos princípios de liberdade, justiça e oportunidade para todos, acreditamos ser essencial que as crianças estejam seguras e que os cidadãos andem sem medo e sem se sentirem reprimidos pela violência.

ESTATUTO DO DESARMAMENTO

Nos posicionamos contra o Estatuto do Desarmamento. Os indivíduos devem ter liberdade e responsabilidade sobre seus atos e possibilidade de escolha de como defender sua própria vida.

REDE SUSTENTABILIDADE (REDE)

1) Mudanças no modelo econômico para a construção de um projeto de desenvolvimento socialmente incluyente e ambientalmente sustentável que considere como estratégias prioritárias:

- valorização da remuneração dos trabalhadores e aprimoramento de sua qualificação profissional;

3) Educação pública e universal de qualidade em todos os níveis, integral inclusiva, formadora de cidadãos comprometidos com uma vida social solidária e sustentável e preparados para os desafios de uma sociedade cada vez mais demandante de informação e conhecimento, como princípio fundante de uma verdadeira República baseada na igualdade de oportunidades para todos.

7) Universalização e melhoria dos serviços de saúde, com ênfase na atenção básica, da qualidade de vida com condições dignas de moradia, alimentação saudável e em quantidade suficiente, prevenção de doenças, saneamento básico, redução da violência e promoção da cultura de paz como valores centrais das políticas governamentais.

PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA (PMB)

ÁREA SETORIAL SOCIAL

Propomos a defesa:

- Do respeito aos símbolos, ao patrimônio e bens culturais nacionais.
- Da participação mais efetiva do Estado na área de saúde pública com qualidade.
- Da ampliação de oportunidades para crianças e jovens na prática de esportes individuais e coletivos como caminho de transformação social;
- Dos direitos dos portadores de necessidades especiais;
- Da melhoria de investimentos públicos na área de habitação popular;
- Da garantia de uma educação pública de qualidade em horário integral;
- Da expansão do número de creches, principalmente nas regiões periféricas, para que mulheres participem ativamente do mercado de trabalho, e aumentem as rendas das famílias, fomentando a economia e proporcionando estabilidade familiar, o que, por conseguinte reduz a criminalidade.
- Da universalização de energia elétrica no país uma vez que ainda encontramos municípios sem energia elétrica em pleno século XXI;
- Da implementação do acesso à internet em todos os rincões do país, proporcionando o acesso irrestrito à informação, e às ferramentas de educação online, além da possibilidade de geração de renda, através das inúmeras possibilidades de comércio e negócio disponíveis no mundo virtual.

ÁREA SETORIAL DE DIREITOS HUMANOS

Propomos a defesa:

- Do fortalecimento da família, em seus mais variados formatos, entendendo a sociedade contemporânea em toda a sua complexidade e pluralidade.
- da igualdade de direitos entre todos os cidadãos brasileiros independente de sexo, credo ou religião, etnia, cor e/ou orientação sexual;
- da repressão à prostituição infantil, ao tráfico de crianças, adolescentes e mulheres e à exploração sexual de mulheres;
- do cumprimento do Estatuto dos Idosos e do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- da redução à violência doméstica e de penas mais rígidas para os crimes hediondos.
- da igualdade de direitos para minorias, para as mulheres do campo e para as populações indígenas em especial respeitando seu direito de preservar sua cultura, seus espaços territoriais e seu modo peculiar de sobrevivência;
- à liberdade de expressão e dos meios de comunicação e do acesso à internet à toda a população;

No tocante à saúde, os ideários, em sua maioria, dizem respeito à valorização salarial dos profissionais da saúde, à alimentação saudável, ao saneamento básico, ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde com possibilidade de existência de um sistema de saúde suplementar. Exceção feita ao Partido Comunista Brasileiro que defende a ampliação e o fortalecimento das redes públicas de saúde, visando a universalização do serviço e o fim da rede privada.

Em relação à educação, os programas partidários trazem como propostas a universalização do ensino público, a valorização dos professores, o combate ao analfabetismo, o apoio aos ensinos profissionalizante e de tempo integral, a autonomia das universidades e o apoio à pesquisa científica. Aqui o ponto dissonante é a proposta feita pelo Partido Novo de cobrança de cursos superiores.

No aspecto da segurança, as propostas também passam pela valorização dos policiais, pela reabilitação de presos e sua reintegração à sociedade, pelo combate a diversos tipos de crimes, tais como a corrupção, tráfico de drogas e o contrabando de armas. A grande discordância nesse tópico é a liberação ou não de porte de arma. Enquanto partidos como o Partido Verde defendem o desarmamento e uma drástica limitação do porte e aquisição de armas, partidos como Partido Social Liberal e Partido Novo defendem a revogação do Estatuto do Desarmamento e a liberdade de um indivíduo portar armas.

Na questão do trabalho, as propostas dos partidos convergem para a criação e geração de emprego, valorização do salário, proteção a direitos como o de greve, garantia de seguro-desemprego, participação nos lucros das empresas, redução da jornada de trabalho sem redução salarial, liberdade sindical. Mais uma vez o Partido Novo traz ideias dissonantes, sendo favorável à livre negociação entre empresas e empregados e contrário à fixação de piso salarial e de salário mínimo obrigatório.

5- CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por objetivo expor as propostas dos partidos políticos em relação às questões socioeconômicas, como saúde, educação, segurança e trabalho.

Nesse sentido, interessante reflexão nos traz o programa partidário do Solidariedade:

Todos os partidos políticos devem seguir propostas que possam guiar seus militantes quanto ao caminho que devam tomar em relação às suas diversas áreas programáticas (saúde, educação, segurança etc.), que chamamos de programa do partido, embora atualmente impere em nosso País uma cultura política onde os programas partidários são apenas “papéis de gaveta” e seus militantes estão distantes de propostas práticas coerentes com o programa de seu partido.

Assim, é de interesse público a ampla divulgação dos programas partidários para conhecimento por parte da sociedade dos ideários dos vários partidos políticos que existem atualmente no Brasil, para formação de consciência crítica pelos eleitores nacionais.

Importante também a cobrança e fiscalização por parte da população de cumprimento dos programas e propostas realizadas pelos governantes eleitos, para que programas partidários não se transformem em “papéis de gaveta” como destacado pelo Partido Solidariedade.

REFERÊNCIAS

BIROCHI, Renê. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração**. Brasília, CAPES, UAB, 2015.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL, **Lei n.º 9.096, de 19 de setembro de 1995**. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

BRASÍLIA: Senado Federal. **Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias**. Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. Editora Método, 2007.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. Editora Atlas, 1999.

RODRIGUES, William Costa et al. **Metodologia científica**. Faetec/IST. Paracambi, p. 2-20, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2007.

SILVEIRA, Cláudia Regina Silveira; FLÔR, Rita de Cássia; MACHADO, Rosani Ramos. **Metodologia da Pesquisa**. Florianópolis, IF-SC, 2011.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. 2006.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração**. Brasília, CAPES, UAB, 2009.

Material de internet:

PMDB. Programa partidário. Disponível em: <<http://pmdb.org.br/programa-partidario/>>. Acesso em 9 jul. 2018.

PDT. Programa partidário. Disponível em: <<http://www.pdt.org.br/desenv/wp-content/uploads/2016/10/programa.pdf>>. Acesso em 9 jul. 2018.

DEM Diretrizes partidárias. Disponível em: <<http://www.dem.org.br/wp->

[content/uploads/2011/01/Diretrizes1.pdf](#)>. Acesso em 9 jul. 2018.

PC DO B. Programa partidário. Disponível em: <<https://pcdob.org.br/programa/>>. Acesso em 10 jul. 2018.

PSB. Programa partidário. Disponível em: <http://psb40.org.br/cms/wp-content/uploads/2016/09/PROGRAMA_PSB.pdf>. Acesso em 10 jul. 2018.

PSDB. Programa partidário. Disponível em: <http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Programa_250688.pdf>. Acesso em 10 jul. 2018.

PSC. Programa partidário. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-programa-psc>>. Acesso em 10 jul. 2018.

PMN. Estatuto partidário. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-de-23-7-2016-aprovado-em-30-3-2017>>. Acesso em 10 jul. 2018.

PRP. História do partido. Disponível em: <<http://www.prp.org.br/historia/>>. Acesso em 10 jul. 2018.

PPS. Manifesto de fundação do partido. Disponível em: <<http://www.pps.org.br/o-partido/manifesto-de-fundacao/>>. Acesso em 10 jul. 2018.

PV. Programa partidário. Disponível em: <<http://pv.org.br/opartido/programa/>>. Acesso em 10 jul. 2018.

PT DO B. Estatuto do partido. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/estatuto-do-partido-trabalhista-do-brasil-de-27-6-2010>>. Acesso em 10 jul. 2018.

PP. Estatuto do partido. Disponível em: <<http://www.pp.org.br/sites/2000/2056/Estatuto/Estatutoweb.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2018.

PSTU. Estatuto do partido. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-do-pstu-aprovado-em-11-9-2014>>. Acesso em 10 jul. 2018.

PCB. Estratégia do partido. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/estrategia.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2018.

PRTB. Programa partidário. Disponível em: <<http://prtbt.org.br/2016/10/30/programa/>>. Acesso em 10 jul. 2018.

PHS. Doutrina partidária. Disponível em: <<http://phs.org.br/institucional/doutrina-partidaria/>>. Acesso em 10 jul. 2018.

DC. Programa partidário. Disponível em: <<https://www.democraciacrsta.org.br/sobrenos/programa/>>. Acesso em 10 jul. 2018.

PCO. Programa partidário. Disponível em: <<http://pco.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Programa-PCO-Eleic%C3%A7%C3%B5es-Municipais-2016-proposta-Docmentos-Google.pdf>>. Acesso em 11 jul. 2018.

PODE. Princípios e estatuto partidário. Disponível em: <<http://podemos.org.br/podemos/principios-e-estatuto/>>. Acesso em 11 jul. 2018.

PSL. Programa partidário. Disponível em: <<https://www.pslnacional.org.br/>>. Acesso em 11 jul. 2018.

PRB. Programa partidário. Disponível em: <<https://www.prb10.org.br/programa/>>. Acesso em 11 jul. 2018.

PSOL. Programa partidário. Disponível em: <<https://www.psol50.org.br/partido/programa/>>. Acesso em 11 jul. 2018.

PR. Doutrina partidária. Disponível em: <<http://www.partidodarepublica.org.br/partido/doutrina.html>>. Acesso em 11 jul. 2018.

PSD. Princípios e valores do partido. Disponível em: <<http://psd.org.br/principios-e-valores/>>. Acesso em 11 jul. 2018.

PPL. Programa partidário. Disponível em: <<http://partidopatrialivre.org.br/2018/programa/>>. Acesso em 11 jul. 2018.

PATRI. Proposta do partido. Disponível em: <<http://patriota51.org.br/proposta-patriota/>>. Acesso em 11 jul. 2018.

PROS. Bandeiras do partido. Disponível em: <<http://www.pros.org.br/bandeiras/>>. Acesso em 11 jul. 2018.

SD. Ideologia e diretrizes partidárias. Disponível em: <<http://www.solidariedade.org.br/o-movimento/ideologia-diretrizes-e-programa-operacional-do-solidariedade/>>. Acesso em 11 jul. 2018.

NOVO. Posicionamentos do partido. Disponível em: <<https://novo.org.br/posicionamentos/>>. Acesso em 11 jul. 2018.

REDE. Manifesto partidário. Disponível em: <<https://redesustentabilidade.org.br/manifesto/>>. Acesso em 11 jul. 2018.

PMB. Programa partidário. Disponível em: <<http://www.pmb.org.br/o-programa-do-pmb/>>. Acesso em 11 jul. 2018.